



**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO**  
**Superintendência Federal de Agricultura no Estado do**  
**Rio Grande Norte – SFA/RN**

# **RELATÓRIO DE GESTÃO**

# **DO EXERCÍCIO DE 2012**

**NATAL/RN**  
**MARÇO 2013**

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA  
NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

**RELATÓRIO DE GESTÃO  
DO EXERCÍCIO DE 2012**

**Relatório de Gestão do exercício de 2012, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº63/2010, Resolução TCU nº234/2010, Resolução TCU nº244/2011, DN TCU nº119/2012, DN TCU nº121/2012, Portaria-TCU nº150/2012, DN TCU nº124/2012 e das orientações do órgão de controle interno, Portaria CGU nº 133, de 18/01/2013.**

**Natal/RN, Março 2013**

## Sumário

Parte A – INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A GESTÃO .....	10
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE CUJA GESTÃO COMPÕE O RELATÓRIO.....	10
1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	10
1.2 Finalidade e competências institucionais da SFA/RN.....	11
1.3 Apresentação do organograma funcional .....	11
1.4 Macroprocessos Finalísticos .....	12
1.5 – Macroprocessos de Apoio .....	13
1.5.1 – Macroprocesso de Governança.....	13
1.6 Principais Parceiros Relacionados aos Macroprocessos Finalísticos da SFA/RN .....	13
2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES .....	14
2.1 Informações sobre o planejamento estratégico da Unidade Jurisdicionada .....	14
2.2 Estratégias Adotadas pela Unidade Jurisdicionada para Atingir os Objetivos Estratégicos .....	15
2.3 Demonstração da Execução do Plano de Metas ou de Ações para o Exercício .....	18
2.4 Informações sobre os indicadores utilizados pela Unidade Jurisdicionada para monitorar e avaliar a gestão.....	18
3 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO .....	18
3.1 Informações sobre a estrutura orgânica de controle da Unidade Jurisdicionada.....	18, 19
3.2 Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da Unidade Jurisdicionada .....	21
3.3 Informações sobre a remuneração paga aos administradores e membros da diretoria estatutária, do conselho de administração e do conselho fiscal .....	21
3.4 Informações sobre a estrutura e as atividades do sistema de correição da unidade ou do órgão de vinculação da Unidade .....	21
3.5 Informações quanto ao cumprimento, pela instância de correição, das disposições dos Arts 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria Geral da União – CGU, no que tange aos fatos originados na Unidade Jurisdicionada .....	21
4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESAS ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	21
4.1 Relação dos Programas do Plano Plurianual de Ação vigente que estiveram integral ou parcialmente na responsabilidade da Unidade Jurisdicionada.....	21
DIVISÃO DE DEFESA AGROPECUÁRIA – DDA .....	21
SERVIÇO DE SANIDADE, INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO VEGETAL - SIFISV.....	22
SERVIÇO DE SAÚDE, INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO ANIMAL – SIFISA .....	23
DIVISÃO DE POLÍTICA, PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO - DPDAG.....	24
SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO – SAD.....	24
4.2 Relação das Ações da Lei Orçamentária Anual (LOA) do Exercício que estiveram integral ou parcialmente sob a responsabilidade da UJ .....	25
5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA .....	54
5.1 Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos .....	54
5.2 Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores .....	54
5.3. Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência.....	55
5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício.....	55
5.3.2 Quantidade de Instrumentos e Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios .....	58

5.3.3	Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Permanecerão Vigentes no Exercício de 2013 e seguintes .....	58
5.3.4	Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse .....	58
5.3.5	Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse .....	59
5.4	SUPRIMENTOS DE FUNDOS .....	61
5.4.1.3	Suprimento de Fundos - Cartões de Crédito Corporativo (CPGF).....	61
5.4.1.4	Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão de Crédito Corporativo (CPGF) pela UJ.....	61
5.4.1.5	Prestações de Contas de Suprimento de Fundos .....	62
5.5	RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA UJ ( <i>NÃO SE APLICA</i> ).....	63
5.6	GESTÃO DE PRECATÓRIOS ( <i>NÃO SE APLICA</i> ).....	63
6.	GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA E CUSTOS RELACIONADOS .....	63
6.1	Informações sobre a estrutura de pessoal da Unidade Jurisdicionada .....	63
6.1.1	Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da UJ .....	63
6.1.1.1.	Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da UJ .....	64
6.1.2	Qualificação da Força de Trabalho.....	65
6.1.2.1	Qualificação do Quadro de Pessoal da UJ Segundo a Idade .....	65
6.1.2.2	Qualificação do Quadro de Pessoal da UJ Segundo a Escolaridade .....	66
6.1.3	Demonstração de Custos de Pessoal da UJ .....	66
6.1.4	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas .....	68
6.1.4.1	Classificação do Quadro de Servidores Inativos da UJ segundo o Regime de Proventos.....	68
6.1.4.2	Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela UJ .....	68
6.1.5	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos ( <i>Não se aplica</i> ) .....	68
6.1.6	Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos ( <i>Não se aplica</i> ) .....	68
6.1.7	Informações sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação ( <i>Não se aplica</i> ).....	68
6.1.7.1	Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por Intermédio do SISAC .....	68
6.1.7.2	Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em Meio Físico.....	70
6.1.7.3	Informações de Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos .....	70
6.1.8	Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos ( <i>Não se aplica</i> ) .....	70
6.2	TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS ...	71
6.2.1	Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão ( <i>Não se aplica</i> ) .....	71
6.2.2	Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público ( <i>Não se aplica</i> ) .....	71
6.2.3	Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para a Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados ( <i>Não se aplica</i> ).....	71
6.2.4	Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela UJ ....	71
6.2.5	Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão .....	72
6.2.6	Composição do Quadro de Estagiários.....	73
7.	GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO .....	73
7.1	Informações sobre a gestão da frota de veículos próprios.....	73
7.2	GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO .....	74
7.2.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial.....	74
7.2.2	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros ( <i>Não se aplica</i> ) .....	74
7.2.3	Discriminação dos Bens Imóveis sob a Responsabilidade da UJ.....	74
8.	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO .....	76

8.1 Informações sobre a Gestão da Tecnologia da Informação (TI) da SFA/RN.....	76
9. GESTÃO DO USO DE RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL .....	78
9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis .....	78
9.2 Informações sobre medidas adotadas pelas unidades que compõem o Relatório de Gestão para redução de consumo próprio de papel, energia elétrica e água.....	80
10. CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS .....	80
10.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício .....	80
10.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício ( <i>Não se aplica</i> ) .....	80
10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício ( <i>Não se aplica</i> ).....	80
10.1.3 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício .....	81
10.1.4 RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO	82
10.2 Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento .....	85
10.3 DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93 .....	85
10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei Nº 8.730/93 .....	85
10.4 DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV .....	85
10.4.1 Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV (Anexos III e IV) .....	85
11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS .....	85
11.2 Declaração do contador responsável pela Unidade Jurisdicionada .....	85
PARTE B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO .....	86
ANEXO I.....	86
ANEXO II .....	87
ANEXO III.....	88
ANEXO IV .....	89
ANEXO V .....	90

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABREVIATURA/ SIGLA	NOME/TÍTULO
<b>ABIN</b>	Agência Brasileira de Inteligência
<b>ADP</b>	Agente de Desenvolvimento de Pessoas
<b>AGE</b>	Assessoria de Gestão Estratégica
<b>AGU</b>	Advocacia Geral da União
<b>AIE</b>	Anemia Infecciosa Equina
<b>ANCOC</b>	Associação Norterriograndense de Criadores de Ovinos e Caprinos
<b>ANORC</b>	Associação Norterriograndense de Criadores
<b>ANQM</b>	Associação Norterriograndense de Cavalos Quarto de Milha
<b>ANVISA</b>	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
<b>APHIS</b>	Animal and Plant Health Inspection Service
<b>APROFAM</b>	Associação dos Produtores e Produtoras da Feira Agroecológica de Mossoró
<b>Art.</b>	Artigo
<b>BPF</b>	Boa Prática de Fabricação
<b>CFO</b>	Certificação Fitossanitária na Origem
<b>CGCD</b>	Coordenação Geral de Controle de Doenças
<b>CGQV</b>	Coordenação Geral de Qualidade Vegetal
<b>CGDP</b>	Coordenação Geral de Desenvolvimento de Pessoas
<b>CGU</b>	Controladoria Geral da União
<b>CODERN</b>	Companhia Docas do Rio Grande do Norte
<b>COSAVE</b>	Comitê de Sanidade Animal e Vegetal do Cone Sul
<b>CPV</b>	Coordenação de Fiscalização de Produtos Veterinários
<b>DDA</b>	Divisão de Defesa Agropecuária
<b>DFIA</b>	Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas
<b>DIPOA</b>	Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal
<b>DIPOV</b>	Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal
<b>DN</b>	Decisão Normativa
<b>DPDAG</b>	Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário
<b>DSA</b>	Departamento de Saúde Animal
<b>DSV</b>	Departamento de Sanidade Vegetal
<b>EMATER</b>	Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte
<b>FAERN</b>	Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte
<b>FFA</b>	Fiscal Federal Agropecuário
<b>GAB</b>	Gabinete do Superintendente
<b>GESPÚBLICA</b>	Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização
<b>GTA</b>	Guia de Trânsito Animal
<b>IDIARN</b>	Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do Rio Grande do Norte
<b>IFERN</b>	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
<b>IG</b>	Indicação Geográfica
<b>IN</b>	Instrução Normativa
<b>INFRAERO</b>	Empresa de Infraestrutura Aeroportuária
<b>MANUT</b>	Manutenção dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas do MAPA
<b>MAPA</b>	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
<b>NAJ</b>	Núcleo de Assessoramento Jurídico
<b>NMP</b>	Núcleo de Material e Patrimônio

<b>ABREVIATURA/ SIGLA</b>	<b>NOME/TÍTULO</b>
<b>Port.</b>	Portaria
<b>PPA</b>	Plano Plurianual de Ação
<b>PROVERH</b>	Programa de Valorização e Estímulo dos Recursos Humanos
<b>PSC</b>	Peste Suína Clássica
<b>RAE</b>	Reunião de Avaliação Estratégica
<b>RG</b>	Relatório de Gestão
<b>RT</b>	Responsável Técnico
<b>SAD</b>	Serviço de Apoio Administrativo
<b>SAG</b>	Seção de Atividades Gerais
<b>SAOD</b>	Seção de Apoio Operacional e Divulgação
<b>SAPE/RN</b>	Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca do Governo do Rio Grande do Norte
<b>SCC</b>	Setor de Compras e Contratos
<b>SCVA</b>	Sistema de Controle de Veículos Automotores
<b>SDA</b>	Secretaria de Defesa Agropecuária
<b>SDC</b>	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo
<b>SEDEC</b>	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico
<b>SENAR</b>	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
<b>SEOF</b>	Seção de Execução Orçamentária e Financeira
<b>SePA</b>	Seção de Planejamento e Acompanhamento
<b>SFA/RN</b>	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio Grande do Norte
<b>SGP</b>	Seção de Gestão de Pessoas
<b>SGAV</b>	Sistema de Gerenciamento de Atividades de Vigilância
<b>SICASQ</b>	Sistema de Cadastro dos Agentes da Cadeia Produtiva de Vegetais e seus Produtos
<b>SIF</b>	Serviço de Inspeção Federal
<b>SIFISV</b>	Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal
<b>SIFISA</b>	Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal
<b>SISBIN</b>	Sistema Brasileiro de Inteligência
<b>SPIUNET</b>	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
<b>SMP</b>	Setor de Material e Patrimônio
<b>SPOA</b>	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
<b>SPR</b>	Setor de Protocolo
<b>STR</b>	Setor de Transporte
<b>TCU</b>	Tribunal de Contas da União
<b>ULSAV</b>	Unidades Locais de Sanidade Agrícola e Vegetal
<b>USDA</b>	United States Department of Agriculture
<b>UVAGRO</b>	Unidade de Vigilância Agropecuária
<b>VIGIAGRO</b>	Serviço de Vigilância Agropecuária Internacional

## **LISTA DE QUADROS, TABELAS, FIGURAS, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES, ETC.**

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual.....	10
QUADRO 4.1.1 - Hierarquia das ações de responsabilidade do VIGIAGRO/DDA/SFA-RN/MAPA .....	22
QUADRO 4.1.2 - Hierarquia das ações de responsabilidade do SIFISV/DDA/SFA-RN/MAPA.....	22
QUADRO 4.1.3 - Hierarquia das ações de responsabilidade do SIFISA/DDA/SFA-RN/MAPA.....	23
QUADRO 4.1.4 - Hierarquia das ações de responsabilidade do DPDAG/SFA-RN/MAPA .....	24
QUADRO 4.1.5 - Hierarquia das ações de responsabilidade do SAD/SFA - RN/MAPA.....	24
Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controle Interno da UJ.....	19
Quadro A.4.4.1 – Ação 2180 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos.....	25
Quadro A.4.4.2 – Ação 2181 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos .....	26
Quadro A.4.4.3 – Ações 2134 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos .....	27
Quadro A.4.4.4 – Ação 4738 - Erradicação da Mosca da Carambola.....	28
Quadro A.4.4.5 – Ação 8572 - Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais .....	29
Quadro A.4.4.6 – Ação 2141 - Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes .....	30
Quadro A.4.4.7 – Ação 2179 - Fiscalização de Sementes e Mudas.....	31
Quadro A.4.4.8 – Ação 2909 - Fiscalização de Agrotóxicos e Afins.....	32
Quadro A.4.4.9 – Ação 4745 - Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados..	33
Quadro A.4.4.10 – Ação 4746 - Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais .....	33
Quadro A.4.4.11 – Ação 8939 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal .....	35
Quadro A.4.4.12 – Ação 4842 - Erradicação da Febre Aftosa.....	37
Quadro A.4.4.13 – Ação 8658 - Prevenção, Erradicação e Controle das Doenças dos Animais .....	39
Quadro A.4.4.14 – Ação 2140 - Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário .....	41
Quadro A.4.4.15 – Ação 2124 - Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal.....	42
Quadro A.4.4.16 – Ação 2019 - Fiscalização de Material Genético Animal .....	43
Quadro A.4.4.17 – Ação 8938 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal.....	44
Quadro A.4.4.18 – Ação 8606 – Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pró-Orgânico .....	46
Quadro A.4.4.19 – Ação 4720 - Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica.....	47
Quadro A.4.4.20 – Ação 2177 - Fiscalização de Serviços Agrícolas.....	47
Quadro A.4.6 – Ação 4716 - Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas.....	48
Quadro A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da SFA/RN.....	48
Quadro A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	49
Quadro A.4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação .....	51
Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO.....	52
Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores .....	54
Quadro A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.....	55
Quadro A.5.4 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios .....	58
Quadro A.5.5 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes .....	58
Quadro A.5.6 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse. Valores em R\$ 1,00.....	59
Quadro A.5.7 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse .....	59
Quadro A.5.10 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador .....	61
Quadro A.5.11 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica).....	61
Quadro A.5.12 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF).....	62

Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/2012 (Parte A, item 6, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012) .....	63
Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12.....	64
Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro) .....	65
Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12.....	65
Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12.....	66
Quadro A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores.....	67
Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro .....	68
Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12 .....	68
Quadro A.6.9 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) .....	69
Quadro A.6.10 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) .....	69
Quadro A.6.11 – Regularidade do cadastro dos atos no SISAC .....	69
Quadro A.6.12 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007) .....	70
Quadro A.6.13 – Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro .....	70
Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva .....	71
Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra .....	72
Quadro A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários .....	73
Quadro A.7.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União (Parte A, item 7, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012) .....	74
Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ .....	75
Quadro A.8.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada (Parte A, item 8, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012) .....	76
Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	78
QUADRO A.9.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA.....	80
Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI .....	81
Quadro A.10.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício .....	82
Quadro A.10.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....	85
Tabela 01 - Sinopse das atividades desenvolvidas dentro da Ação 2140 - Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário na SFA-RN.....	42
Tabela 02 - Sinopse das atividades desenvolvidas dentro da Ação 2124 - Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal na SFA-RN.....	43
Tabela 03 - Sinopse das atividades desenvolvidas dentro da Ação 2019 - Fiscalização de Material Genético Animal na SFA-RN.....	44
Tabela 04 – Quadro Comparativo dos resultados 2011/2012.....	46
Tabela 05 – Aplicação de Mecanismo de Controle da Qualidade Orgânica .....	47
Tabela 06 – Evolução de Desempenho 2011/2012 .....	47

## INTRODUÇÃO

*Este Relatório de Gestão do Exercício de 2012 segue as orientações do Tribunal de Contas da União e da Controladoria Geral da União<sup>1</sup>, com informações e dados sobre a economicidade, a eficácia, a eficiência e a efetividade dos serviços públicos prestados pela Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio Grande do Norte (SFA-RN), unidade descentralizada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), com o intuito de facilitar uma análise crítica pelos órgãos de controle externo do Governo Federal.*

*Seu conteúdo se compõe de uma primeira parte, com as Informações Gerais sobre a Gestão e de uma segunda parte, constituída das Informações Contábeis da Gestão. Não se aplicam à realidade da SFA/RN neste Relatório de Gestão 2011 os seguintes itens constantes na Portaria nº 119/2012 do TCU: na parte de Informações Gerais sobre a Gestão: 3.3 Informações sobre a remuneração paga aos administradores e membros da diretoria estatutária, do conselho de administração e do conselho fiscal, Quadros A.3.3 e A.3.4; os itens 3.4 e 3.5 ficaram sob a responsabilidade da Coordenação-Geral de Procedimentos Disciplinares – CGPAD/SE, unidade da Secretaria-Executiva, a qual compete, além de supervisionar todo o sistema de Correição do MAPA, coordenar, no âmbito do MAPA, os lançamentos do sistema CGU/PAD; 4.3 Demonstração e análise do desempenho da unidade na execução orçamentária e financeira, Quadros A.4.8, A.4.9, A.4.10, A.4.12 e A.4.13; 5.1 Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos, Quadros A.5.1, A.5.8, A.5.9, A.5.13, A.5.14, A.5.15, A.5.16, A.5.17, A.5.18, A.5.19, A.5.20, A.5.21, A.5.22, A.5.23, A.5.24 e A.5.25; 6.1 Informações sobre a estrutura de pessoal da unidade, Quadros A.6.14, A.6.15 e A.6.16; 7.2.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros; 10.1 Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula, Quadro A.10.1. e 10.2 Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.*

*As páginas seguintes contêm informações sobre as responsabilidades institucionais da SFA/RN e o seu papel na execução das políticas públicas federais relacionadas à agricultura, pecuária e ao desenvolvimento rural do Estado do Rio Grande do Norte. Este documento relaciona os Programas e as Ações do Plano Plurianual de Ação (PPA) para o período de 2012-2015, em execução pelos diversos serviços finalísticos e de apoio administrativo desta Superintendência, apresentando as suas metas físicas e orçamentárias programadas e executadas, além de informações técnicas e gerenciais.*

*As informações sobre os Indicadores Institucionais (item 2.4) e os Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos (item 6.1.h) encontram-se consolidadas no Relatório de Gestão 2012 apresentado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) ao TCU. Neste documento são apresentadas apenas as ações executadas por esta Superintendência que impactam nos objetivos estratégicos do Projeto “Produtos e Serviços”, na Perspectiva dos Processos Internos,. Também nesta Perspectiva estão aqui incluídos os objetivos estratégicos do Projeto “Excelência Administrativa”: a) fortalecer o processo de gestão estratégica do MAPA, b) ter eficiência e transparência na execução orçamentária e financeira e melhorar continuamente a infra-estrutura e os processos de trabalho. Ainda na Perspectiva de Pessoas, Aprendizado e Crescimento, encontram-se neste relatório de gestão os objetivos estratégicos dos Projetos de “Informação e Conhecimento”, “Ambiente de Trabalho” e “Pessoas”.*

*Finalmente, registra-se a manutenção da sólida parceria entre a SFA/RN e a Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca (SAPE) do Governo do Rio Grande do Norte, através do Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do Rio Grande do Norte (IDIARN), na reestruturação do sistema estadual de defesa e inspeção agropecuária. Saliente-se também o esforço do MAPA, através do Ministro de Estado e de sua Secretaria Executiva, para dotar a SFA/RN de uma estrutura organizacional e de um modelo de gestão pública voltado para resultados e para o atendimento ao cidadão norte-rio-grandense, iniciado anos atrás.*

Natal/RN, Março de 2013.

**ORLANDO CLÁUDIO GADELHA SIMAS PROCÓPIO<sup>2</sup>**  
**Superintendente Federal de Agricultura no Estado do Rio Grande do Norte**

---

<sup>1</sup>Instrução Normativa TCU nº 63/2010, Resolução TCU nº 234/2010, Resolução TCU nº 244/2011, Decisão Normativa TCU nº 119/2012, Decisão Normativa TCU nº 121/2012, Portaria-TCU nº 150/2012, Decisão Normativa TCU nº 124/2012, Portaria CGU nº 133/2013, de 18/01/2013

<sup>2</sup> Ocupa o Cargo em Comissão de Superintendente Federal de Agricultura no RN desde o dia 19/09/2012, substituindo o ex-titular José Teixeira de Souza Júnior, cuja exoneração, a pedido, ocorreu em 19/09/2012.

## Parte A – INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A GESTÃO

### 1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE CUJA GESTÃO COMPÕE O RELATÓRIO

#### 1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada

##### Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

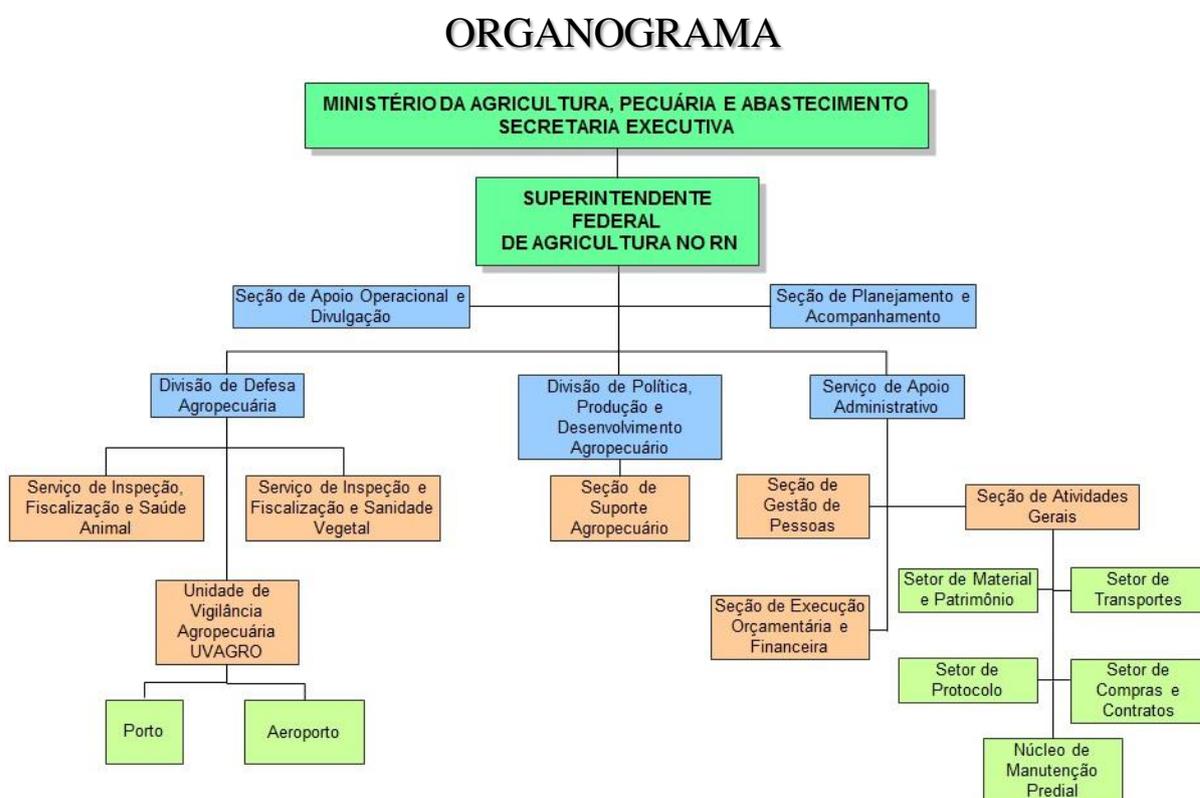
<b>Poder e Órgão de Vinculação</b>			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA			<b>Código SIORG:</b> 00014
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa:</b> Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio Grande do Norte			
<b>Denominação Abreviada:</b> SFA/RN			
<b>Código SIORG:</b> 02808	<b>Código LOA:</b> 22101	<b>Código SIAFI:</b> 130023	
<b>Situação:</b> Ativa			
<b>Natureza Jurídica:</b> Administração Direta do Poder Executivo Federal		<b>CNPJ:</b> 00.398.895/0019-54	
<b>Principal Atividade:</b> Regulamentação e Fiscalização das Questões Econômicas na Agricultura: Federal, Estadual, Municipal			<b>Código CNAE:</b> 8413-2/00
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(084) 4006-9675	(084) 4006-9679	Fax : (084) 4006-9650
<b>Endereço Eletrônico:</b> gab-rn@agricultura.gov.br			
<b>Página na Internet:</b> http://www.agricultura.gov.br			
<b>Endereço Postal:</b> Avenida Engenheiro Hildebrando de Góis, 150, Edifício Fernando Costa, Ribeira, Natal/RN – CEP 59010-700			
<b>Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei Delegada nº 09, de 11/10/1962 publicada no DOU de 12/10/1962.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
A estrutura organizacional da SFA/RN é regulamentada pela Portaria nº 428, de 09/06/2010 que criou o atual Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Legislação específica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
<b>Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
Código SIAFI	Nome		
	<i>Não se Aplica</i>		
<b>Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
Código SIAFI	Nome		
	<i>Não se Aplica</i>		
<b>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</b>			
Código SIAFI da Unidade Gestora			Código SIAFI da Gestão
<i>Não se Aplica</i>			<i>Não se Aplica</i>

Fonte: SePA/SFA-RN

## 1.2 Finalidade e competências institucionais da SFA/RN

À Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio Grande do Norte, unidade descentralizada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, diretamente subordinada ao Ministro de Estado, consoante orientação técnica dos órgãos específicos singulares e setoriais do Ministério, compete executar atividades e ações de: defesa sanitária, inspeção, classificação e fiscalização agropecuárias; fomento e desenvolvimento agropecuário; infraestrutura rural, cooperativismo e associativismo rural; produção e comercialização de produtos agropecuários, inclusive cana-de-açúcar, açúcar e álcool; administração e desenvolvimento de pessoas, bem assim de serviços gerais; planejamento estratégico e planejamento operacional; programação, acompanhamento e execução orçamentária e financeira dos recursos alocados; qualidade e produtividade dos serviços prestados aos seus usuários; e aperfeiçoamento da gestão da Superintendência Federal. (Art. 1º da Portaria nº 428, de 09/06/2010)

## 1.3 Apresentação do organograma funcional



**Figura 1 – Organograma da Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Rio Grande do Norte**  
Fonte: Portaria nº 428, de 09/06/2010

### *Estrutura organizacional*

A **Figura 1** mostra o atual organograma da SFA/RN, cuja estrutura organizacional é subordinada diretamente à Secretaria-Executiva do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e é constituída do Gabinete do Superintendente e de suas Seções (SAOD e SePA), das Divisões (DDA e DPDAG) e do Serviço de Apoio Administrativo (SAD), com suas Seções/Setores/Núcleo, que compõem as unidades internas de gerência e execução operacional das atividades descritas neste documento, a níveis estratégico, tático e operacional.

A nível Estratégico estão: o Gabinete do Superintendente Federal de Agricultura, a Divisão de Defesa Agropecuária (DDA) e a Divisão de Política, Produção, e Desenvolvimento Agropecuário (DPDAG) e os Serviços de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal (SIFISA), Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal (SIFISV) e o Serviço de Apoio Administrativo (SAD),

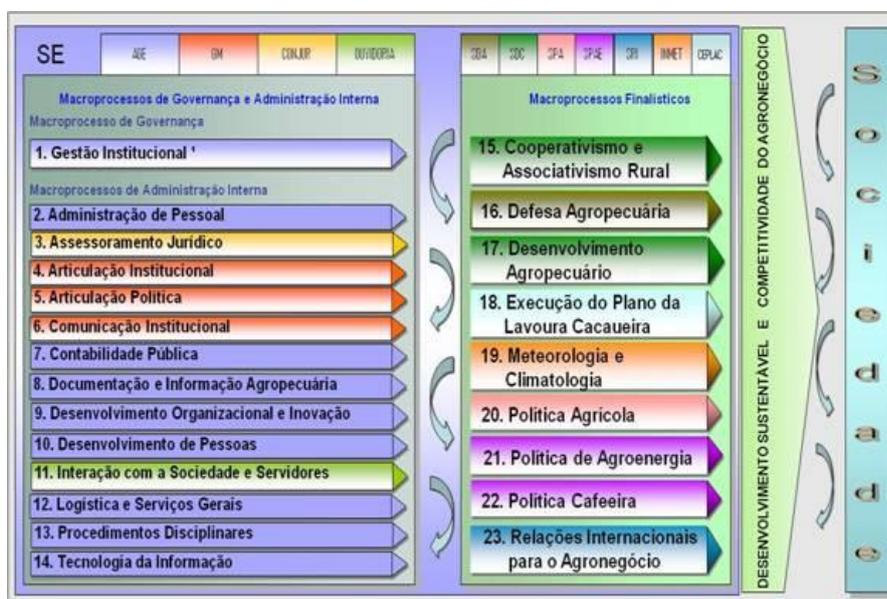
A nível Tático estão: a Seção de Planejamento e Acompanhamento (SePA) e a Seção de Apoio Operacional e Divulgação (SAOD), vinculadas ao Gabinete do Superintendente; e as Seções de Gestão de Pessoas (SGP), de Execução Orçamentária e Financeira (SEOF) e de Atividades Gerais (SAG), vinculadas ao Serviço de Apoio Administrativo (SAD).

A nível Operacional estão os respectivos Setores de Protocolo (SPR), Compras e Contratos (SCC), Material e Patrimônio (SMP), Transportes (STR) e o Núcleo de Manutenção Predial (NMP), todos vinculados ao Serviço de Apoio Administrativo.

As principais atividades finalísticas da SFA/RN são executadas pelos Serviços de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal (SIFISA) e de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal (SIFISV) da Divisão de Defesa Agropecuária (DDA) e pela Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário (DPDAG). As Unidades de Vigilância Internacional Agropecuária (UVAGRO), localizadas no Porto de Natal e no Aeroporto Internacional Augusto Severo, na cidade de Parnamirim, são subordinadas diretamente à Chefia da Divisão de Defesa Agropecuária (DDA) e também estão incluídas neste nível da estrutura organizacional.

#### 1.4 Macroprocessos Finalísticos

Os macroprocessos finalísticos da SFA/RN são os seguintes: a) Cooperativismo e Associativismo Rural, b) Defesa Agropecuária e c) Desenvolvimento Agropecuário. Estes macroprocessos estão descritos na Cadeia de Valor da Administração Direta do Mapa, conforme Figura 2 a seguir.



**Figura 2 - Cadeia de Valor da Administração Direta do Mapa (Macroprocessos de Governança e Administração Interna e Macroprocessos Finalísticos)** Fonte: Planejamento Estratégico, Planejamento Setorial, Orçamento e Finanças e Execução Orçamentária e Financeira/MAPA.

#### Legenda:

**SE** – Secretaria-Executiva

**AGE** – Assessoria de Gestão Estratégica

**GM** – Gabinete do Ministro

**CONJUR** – Consultoria Jurídica

**SDA** – Secretaria de Defesa Agropecuária

**SDC** – Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo

**SPA** – Secretaria de Política Agrícola

**SPAÉ** – Secretaria de Produção e Agroenergia  
**SRI** – Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio  
**INMET** – Instituto Nacional de Meteorologia  
**CEPLAC** – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira

A Cadeia de Valor da Administração Direta do MAPA foi elaborada levando em consideração as competências do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, estabelecidas no artigo 27, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que organiza a Presidência da República e os Ministérios e o aspecto de que a cadeia de valor deve funcionar de forma matricial com a estrutura organizacional do MAPA. Esta estrutura foi definida em conformidade com o que preconiza o Sistema de Organização do Governo Federal - SIORG, instituído pelo Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009. Assim, a condução dos macroprocessos pelo cumprimento das competências institucionais, está demonstrada nos resultados consubstanciados no Relatório de Gestão do MAPA.

## **1.5 – Macroprocessos de Apoio**

Os macroprocessos de apoio estão registrados na Cadeia de Valor da Administração Direta do MAPA, classificados como **MACROPROCESSOS DE GOVERNANÇA E ADMINISTRAÇÃO INTERNA**. Sua condução segue a mesma característica informada quanto aos finalísticos, com exceção de suas definições, que levou em consideração o que, no Ministério, está sendo realizado para sua gestão e para prestar o devido suporte aos macroprocessos finalísticos, fato, inclusive, que inspirou a representação da Cadeia de Valor, conforme figura demonstrada no item 1.4.

### **1.5.1 – Macroprocesso de Governança**

- Gestão Institucional
- Administração de Pessoal
- Assessoramento Jurídico
- Articulação Institucional
- Articulação Política
- Comunicação Institucional
- Contabilidade Pública
- Documentação e Informação Agropecuária
- Desenvolvimento Organizacional e Inovação
- Desenvolvimento de Pessoas
- Interação com a Sociedade e Servidores
- Logística e Serviços Gerais
- Procedimentos Disciplinares
- Tecnologia da Informação

## **1.6 Principais Parceiros Relacionados aos Macroprocessos Finalísticos da SFA/RN**

Todas essas ações desenvolvidas pela SFA/RN são resultados de uma rede de relacionamento interinstitucional, tanto no setor público, como no setor privado, resultando em impactos positivos na política agropecuária do estado, com efeitos positivos na área produtiva e, principalmente, na área social.

Citam-se como exemplos desse esforço, a articulação desta Superintendência com a Embrapa e a COEX/RN, para a criação do Projeto do Núcleo Tecnológico para a Fruticultura no Semi-Árido do Rio Grande do Norte, em estudos avançados; a mobilização com o setor produtivo rural (ANORC, ANCOC, ANQM, FAERN/SENAR, SEBRAE e outras entidades de classe) para a mudança do

status do Rio Grande do Norte para a Área Livre de Febre Aftosa, com vacinação e reconhecimento do Escritório Internacional de Epizootias (OIE) e, mais recentemente, no segundo semestre de 2012, as ações voltadas para a realização do inquérito soro epidemiológico do rebanho nas propriedades rurais selecionadas no estado, sob responsabilidade do IDIARN e supervisão desta SFA/RN.

O bom relacionamento com a administração central do MAPA tem resultado em apoio a eventos nacionais e internacionais, cuja escolha de sua sede recai na capital potiguar, com resultados impactantes no contexto tecnológico e social, tais como: o Congresso Internacional de Apicultura, o Congresso Brasileiro de Sementes, a Reunião Nacional de Fiscalização em Insumos Agrícolas e outras reuniões e seminários promovidos pelos departamentos técnicos do MAPA, e mais recentemente, a instalação de um stand institucional do Ministério da Agricultura na 50ª Exposição Estadual de Animais e Máquinas Agrícolas do Rio Grande do Norte (Festa do Boi), no Parque de Exposições Aristófanos Fernandes, na cidade de Parnamirim/RN.

## **2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES**

### **2.1 Informações sobre o planejamento estratégico da Unidade Jurisdicionada**

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) iniciou em 2004 um amplo diálogo com o setor agropecuário na busca de soluções para quatro grandes questões de tendências globais e nacionais: a) consumo nacional e mundial de produtos agropecuários daqui a duas ou três décadas; b) demandas que o agronegócio poderá atender e c) como o Brasil poderá participar do atendimento dessas demandas e d) quais políticas públicas o MAPA precisa desenvolver para respondê-las.

Ainda em 2004 o MAPA iniciou um amplo diálogo com o setor agropecuário. Na busca de soluções negociadas, criou diversas Câmaras Setoriais, com o objetivo de melhor identificar as suas necessidades. Entretanto, era preciso adequar a instituição a essas mudanças. Paralelamente a um processo de reestruturação organizacional, fundamentado no Modelo de Excelência da Gestão Pública, foi iniciada a implantação de um processo de gestão estratégica, como forma de dar respostas às demandas a curto, a médio e a longo prazo.

A criação da Assessoria de Gestão Estratégica (AGE) pelo Decreto nº 5351, de 21 de janeiro de 2005, vinculada diretamente ao Gabinete do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento foi o primeiro e importante passo, acrescida posteriormente com a publicação da Portaria nº 423, de 10 de outubro de 2005, instituindo a gestão estratégica no MAPA.

Em 2006, o MAPA elaborou o primeiro Plano Estratégico – documento que apresenta de forma sintética o horizonte de 2006 a 2015, mostrando como a instituição responderá a esses desafios. Em 2009, tendo como base a vivência dos últimos três anos na implementação da Gestão Estratégica no Mapa, foi gerada a sua segunda versão mais ajustada à nova realidade do agronegócio brasileiro.

A nova forma gerencial foca a atuação estratégica, priorizando os resultados a serem obtidos e o comprometimento da organização como um todo, com as suas estratégias e a satisfação dos seus públicos de interesse. Essa estratégia organizacional é elaborada a partir da definição de sua Missão (*“Promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira”*) e de sua Visão de Futuro (*“Ser reconhecido pela qualidade e agilidade na implementação de políticas e na prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável do agronegócio”*).

A partir das tendências globais e nacionais, da Missão e da Visão de Futuro e da definição dos públicos de seu interesse, foi elaborado o Mapa Estratégico do MAPA (**Anexo V**), uma representação gráfica desses desafios e contemplando um conjunto de 25 Objetivos Estratégicos, distribuídos em quatro perspectivas: a) da sociedade; b) do agronegócio e parceiros; c) de processos internos e d) de pessoas, aprendizado e crescimento. As perspectivas da sociedade e do agronegócio

e parceiros conduzem aos interesses externos do MAPA, enquanto as perspectivas de processos internos e de pessoas, aprendizado e crescimento levam aos interesses e às demandas do público interno da organização.

A implantação da gestão estratégica na SFA/RN ocorreu em 2009 com a realização das oficinas do mapa de aprendizagem, ferramenta de comunicação e treinamento que inclui uma ilustração, um facilitador e um roteiro de discussão, para facilitar o entendimento sobre a Gestão Estratégica do MAPA. Os participantes das oficinas trocam e adquirem conhecimentos, tendo como estímulo a imagem apresentada. Por meio de dinâmicas, discutem as ilustrações de acordo com o roteiro conduzido pelo facilitador. O treinamento com a utilização do mapa de aprendizagem na SFA/RN atingiu em 2009 todos os seus servidores.

No período de 2010 a 2012 ocorreu uma descontinuidade nesse processo, decorrente de mudanças na gestão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com o redirecionamento de estratégias de ação já programadas. A alteração na titularidade de duas gestões consecutivas e a necessidade de adequação dos programas e projetos em execução à nova sistemática do Governo Federal para o Plano Plurianual de Ação (PPA) 2012-2015, provocaram uma mudança nas prioridades da própria Pasta.

No final de 2012, com a definição dos Programas Temáticos do PPA 2012-2015 sob a responsabilidade do MAPA, ocorreu uma reunião nacional com os responsáveis pelo planejamento operacional e pela gestão estratégica nas SFAs, resultando em novas orientações e na programação para 2013.

## **2.2 Estratégias Adotadas pela Unidade Jurisdicionada para Atingir os Objetivos Estratégicos**

### *Riscos*

No exercício de 2012 os riscos encontrados nas realizações da SFA/RN foram identificados na continuidade das ações referentes às áreas de atuação em defesa agropecuária (fiscalização da produção, dos insumos e dos serviços agrícolas e pecuários), inspeção de produtos de origem agropecuária, sanidade vegetal/saúde animal, vigilância agropecuária interestadual e internacional e fomento à produção do agronegócio potiguar.

Neste sentido, foram desenvolvidas as ações finalísticas, que se encontram em maiores detalhes descritas neste Relatório de Gestão 2012 como por exemplo: nas áreas aduaneiras, com a Polícia Federal e a Receita Federal, na criação de serviços de inteligência na vigilância internacional no Porto de Natal e no Aeroporto Internacional Augusto Severo, que chamou a atenção da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), convidando a SFA/RN para participar das reuniões periódicas do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN); na continuidade das ações na exportação de frutas (cucurbitáceas, manga e banana, entre outras); no controle de qualidade sobre os produtos de origem vegetal (água de coco e polpa de frutas), importante segmento do agronegócio para a economia regional, pela geração de emprego e renda na categoria socioeconômica dos pequenos agricultores e de suas famílias; na fiscalização no controle da conformidade de produtos e insumos agropecuários e no atendimento às demandas dos Ministérios Público Federal e Estadual; na intensificação de esforços para a mudança do status sanitário do Estado do Rio Grande do Norte na Febre Aftosa, para livre com vacinação; no contínuo monitoramento da incidência de doenças nos rebanhos potiguares, algumas com interesse em saúde pública, visto que são consideradas como “zoonoses”; na garantia e certificação dos produtos de origem animal para o mercado nacional e internacional; no credenciamento de organizações de controle social para a garantia dos produtos orgânicos destinados aos consumidores potiguares; no aumento do número de produtores orgânicos, com o início em 2011 da vigência do Sistema Brasileiro de Avaliação e Conformidade do Produto Orgânico (SISOrg); na análise e controle das propostas de repasses e de convênios do MAPA no

Rio Grande do Norte; na permanência e ampliação no Estado do Rio Grande do Norte da Área Livre das Moscas das Frutas, fato que contribui para o aumento e abertura de novos mercados para as frutas produzidas no estado; no apoio ao desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas (Programa de Produção Integrada); na criação de comissões técnicas para o estabelecimento de padrão dos produtos cultivados no sistema de produção integrada; nas ações de monitoramento da Influenza Aviária em sítios de aves migratórias no estado (Galinhos/Galos e Barra de Cunhaú).

Há que se referir também a ações na gestão do apoio administrativo ou área meio, como é conhecida também. As diversas Seções e Setores do Serviço de Apoio Administrativo (SAD) se voltaram para o apoio aos serviços finalísticos da SFA/RN, de modo a permitir a consecução de suas atividades e o atingimento das metas estipuladas.

#### *Revisão e adequação*

Essas ações descritas anteriormente sofreram revisões e adaptações no exercício de 2012, com vistas à sua continuidade no desenvolvimento socioeconômico do segmento da agropecuária potiguar, considerando-se que houve melhorias na redução de custos para os fruticultores e maior competitividade nos mercados nacional e internacional; no interesse demonstrado pelos importadores norte-americanos; na inclusão de produtores informais de polpa de frutas no sistema oficial do MAPA para registro de estabelecimentos e produtos agropecuários; na possibilidade de acesso ao consumidor final de produtos dentro de padrão de qualidade, tais como farináceos e cereais; na oferta ao mercado interno de frutas e hortaliças com o controle de resíduos de agrotóxicos; no acesso dos agricultores aos insumos agrícolas, como sementes, mudas, fertilizantes, corretivos e agrotóxicos dentro de suas especificações e garantias mínimas de cada produto; na crescente preocupação dos pecuaristas quanto à necessidade da intensificação do controle de doenças, com vacinação e realização de exames para doenças dos rebanhos e aumento na emissão de documentos de trânsito animal; na notificação de doenças dos animais, com o consequente saneamento de foco e/ou eliminação de animais positivos, reservatórios de enfermidades que oferecem riscos à saúde de outros animais e também da população; no incremento na qualidade da produção e comercialização de insumos pecuários, em virtude da fiscalização e do registro junto ao MAPA de novas fábricas, lojas e laboratórios que trabalham no ramo; na garantia de mais alimentos de origem animal seguros para a população potiguar, devido aos novos Estabelecimentos Relacionados (ER) ou com registro no Serviço de Inspeção Federal (SIF) na SFA-RN; no aumento da oferta de produtos orgânicos certificados por terceiros (certificadoras) e pelo Sistema de Participativo de Garantia (SPG); na garantia da qualidade dos produtos orgânicos oferecidos ao consumidor; no crescimento do número de feiras de produtos orgânicos cadastradas na SFA/RN; no crescimento do número de produtores orgânicos cadastrados; no estabelecimento do padrão de Produção Integrada do melão; na identificação, promoção e certificação de produtos regionais de nomes já consagrados; na garantia da correta aplicação dos recursos federais destinados aos contratos de repasses; e no lançamento e obrigatoriedade do uso do selo SISOrg para produtos certificados por terceiros.

No campo do apoio administrativo aos serviços finalísticos houve também alguns impactos, tais como melhoria nos processos internos no desenvolvimento de ações voltadas para a padronização e modernização dos processos administrativos, com foco no desenvolvimento da competência e na excelência na prestação dos serviços aos clientes internos e externos, como, por exemplo, na atualização sistemática da legislação aplicável aos processos relativos a compras e contratos; na implantação de sistemática para análise dos perfis individuais dos servidores administrativos, para melhor alocá-los nos setores e proporcionar ao gestor o indicativo de servidores com perfil para exercício de chefias.

### *Estratégia de divulgação interna*

Além das reuniões ordinárias semanais do Comitê de Gestão Estratégica, a SFA/RN divulga internamente as ações voltadas para o alcance dos objetivos estratégicos sob sua responsabilidade de execução no “Intercom/RN”, informativo eletrônico quinzenal de circulação interna aos servidores e colaboradores, às demais SFAs do país e à administração central do MAPA em Brasília/DF. Também foram promovidos seminários e realizadas palestras para os servidores e colaboradores sobre temas de interesse coletivo, com a parceria da Associação dos Servidores da Superintendência Federal de Agricultura no Rio Grande do Norte (ASMARA) e do Sindicato da Associação dos Fiscais Federais Agropecuários (AFAMA Sindical). Outro destaque foram as video e teleconferências promovidas pelos departamentos finalísticos e pela Secretaria Executiva do MAPA sobre temas de importância estratégica para o MAPA nas SFAs dos estados, sejam nas áreas finalísticas ou de apoio administrativo operacional, buscando a redução de custos de deslocamentos de gestores e servidores e a rapidez nas consultas e difusão de decisões tomadas pela alta administração do MAPA.

### *Outras estratégias relevantes*

Entretanto, há também que se registrar dificuldades e barreiras encontradas neste caminho para se atingir essas intenções e impactos, resultando na adoção de outras estratégias tais como na descontinuidade no fluxo de recursos orçamentários e financeiros do MAPA para o sistema estadual de defesa e inspeção agropecuária, provocado pela mudança na gestão administrativa do Governo do Rio Grande do Norte, que culminou com a não celebração do convênio para as áreas animal e vegetal e que contribuiu para o impacto negativo na execução do Plano de Trabalho que seria executado em 2012.

Outros fatores que dificultaram o atendimento das metas da SFA/RN para 2012 foram: a limitação na concessão de diárias para as viagens a serviço, determinadas pela administração central do Governo Federal, que muito embora tenham sido programadas nos planos operativos anuais, dificultaram o alcance das metas e demandas dos diversos serviços finalísticos; a descentralização tardia de recursos orçamentários e financeiros, afetando a execução das ações planejadas nos planos operativos anuais e a reestruturação física e de equipamentos da SFA/RN, principalmente a incompatibilidade dos equipamentos de informática, em quantidade e qualidade para a execução dos trabalhos; o contingenciamento de recursos pela Secretaria de Desenvolvimento e Cooperativismo (SDC), com a sua implicação direta no deslocamento dos servidores para proferir palestras e ministrar oficinas e seminários; a carência de treinamento em áreas específicas, tais como em Indicação Geográfica (IG) e no SICONV.

De todo o modo foram geradas situações que resultaram no aprendizado e na superação dessas dificuldades e barreiras, tais como: as gestões feitas junto à administração central do MAPA para a ampliação no número de diárias excedentes ao limite estabelecido pela Secretaria Executiva e a respectiva liberação, não criando solução de continuidade; o atendimento pela SFA/RN às várias ações delegadas ao Governo do Rio Grande do Norte que, em virtude da falta de recursos orçamentários e financeiros não as executou; a criação do “pool” de Fiscais Federais Agropecuários para o atendimento da demanda pela certificação zoossanitária da produção agropecuária; a consolidação do sistema de comunicação interna com a manutenção da edição semanal e, atualmente, quinzenal do “Intercom/RN” e de seu exemplo como modelo para as demais SFA’s; a conclusão da melhoria no sistema da rede lógica e elétrica para a transmissão de dados e informações, com a implantação de projeto específico na SFA/RN, com o uso de fibras óticas e modernos equipamentos; a consolidação do modelo de gestão pública na SFA/RN, criado em 2009, com a efetividade da realização das reuniões semanais do Comitê de Gestão Estratégica, presidido pelo Superintendente e integrado pelos demais gestores da SFA/RN, com vistas a acompanhar, avaliar e coordenar as ações internas em execução na Superintendência; e a continuidade nas ações

das áreas finalísticas e de meio, em face da relativa redução dos recursos orçamentários e financeiros alocados para a manutenção da Superintendência.

### **2.3 Demonstração da Execução do Plano de Metas ou de Ações para o Exercício**

Os resultados das ações executadas pelos serviços da Divisão de Defesa Agropecuária (DDA) e pela Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário (DPDAG) são apresentados nos diversos quadros e tabelas, mencionando-se a descrição das atividades da ação, as metas programadas e alcançadas, o desempenho operacional e os resultados alcançados, analisados criticamente, considerando os seus aspectos positivos e as suas oportunidades de melhoria.

Convém mencionar que as metas que constam neste relatório são aquelas para as quais foram descentralizados créditos orçamentários e financeiros para a Superintendência no exercício de 2012.

No que se refere à política agrícola houve uma participação decisiva da SFA/RN na divulgação das novas ações, no intuito de melhor atender ao cidadão-consumidor final, dando a garantia do consumo de produtos saudáveis e com a sua qualidade assegurada. Por outro lado houve ações incisivas nos programas e políticas públicas inovadoras, tais como, o Programa ABC, cuja preocupação é não apenas com os seus resultados econômicos, mas também e, sobretudo, com o homem e o planeta. Nesta mesma linha seguem as ações feitas através dessa SFA/RN para o incremento da produção e do consumo dos produtos orgânicos, que se concretizaram na criação da Comissão da Produção Orgânica – CPOrg/RN, na sua divulgação e nas palestras realizadas.

A vocação do Estado do Rio Grande do Norte para a produção de frutas, a cada ano, se concretiza através da exportação e do atendimento ao consumo interno de frutas, que atenda ao mercado, cada vez mais exigente. A SFA/RN, consciente dessa realidade e das exigências desse mercado e das normas internacionais, faz um esforço para manter a produção integrada (PI Brasil) e as áreas livres de pragas quarentenárias, o que permite a exclusividade do Rio Grande do Norte exportar três tipos de frutas (mamão, melão e manga) para o exigente mercado norte-americano.

No que pese a SFA/RN ainda contar no seu dia-a-dia com as dificuldades na área de pessoal e de recursos orçamentários e financeiros, tem conseguido superá-las e atingir seus objetivos estratégicos e operacionais, através de um esforço conjunto de seus gestores, servidores e colaboradores.

### **2.4 Informações sobre os indicadores utilizados pela Unidade Jurisdicionada para monitorar e avaliar a gestão**

Os Indicadores Institucionais encontram-se consolidados no Relatório de Gestão 2012 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

## **3 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO**

### **3.1 Informações sobre a estrutura orgânica de controle da Unidade Jurisdicionada**

**Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controle Interno da UJ (Parte A, item 3, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/01/2012)**

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.			X		
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	X				
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	X				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
<b>Procedimentos de Controle</b>					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			X		
<b>Informação e Comunicação</b>	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
<b>Monitoramento</b>	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
<p><b>Análise Crítica:</b></p> <p>A Chefia do Serviço de Apoio Administrativo desta SFA/RN, durante o ano de 2012, envidou todos os esforços no sentido de aprimorar o atendimento ao público (interno e externo), realizou reuniões com os Setores Técnicos/Administrativos e participou semanalmente das reuniões do Comitê de Gestão, visando melhorar os procedimentos, a operacionalização nos processos, a eficiência no atendimento aos usuários, maior controle nas atividades desenvolvidas pelos setores diretamente subordinados ao SAD (SEOF, SAG, SGP), manteve o Plano de Redução de Gastos, com foco na economia e na redução das despesas fixas (água, luz e telefone), bem como a adequada utilização com a redução do tempo de uso dos aparelhos de ar condicionados, adequadamente, tanto por parte dos servidores como dos terceirizados e estagiários, além de um maior controle nos Setores de Protocolo e Transportes, além da Portaria, Vigilância e melhoria no atendimento dos Setores de Gestão de Pessoas, Execução Orçamentária e Financeira da Seção de Atividades Gerais, bem como a edição de Portarias de lotação de servidores fazendo uma melhor redistribuição da forma de trabalho, com vistas a atender o interesse da Administração e o melhor aproveitamento da capacidade laboral e intelectual dos servidores desta SFA/RN, conforme prevê a Lei 8.112/90</p>					
<p><b>Escala de valores da Avaliação:</b></p> <p>(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>não observado</b> no contexto da UJ.</p> <p>(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua minoria</b>.</p> <p>(3) <b>Neutra:</b> Significa que <b>não há como avaliar</b> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua maioria</b>.</p> <p>(5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b> no contexto da UJ.</p>					

### **3.2 Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da Unidade Jurisdicionada** *(Nada a declarar)*

### **3.3 Informações sobre a remuneração paga aos administradores e membros da diretoria estatutária, do conselho de administração e do conselho fiscal** *(Nada a declarar)*

### **3.4 Informações sobre a estrutura e as atividades do sistema de correição da unidade ou do órgão de vinculação da Unidade**

As informações sobre este item estão sob a responsabilidade da Coordenação-Geral de Procedimentos Disciplinares – CGPAD/SE, unidade da Secretaria-Executiva, a qual compete, além de supervisionar todo o sistema de Correição do MAPA, coordenar, no âmbito do MAPA, os lançamentos do sistema CGU/PAD e constam no Relatório de Gestão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

### **3.5 Informações quanto ao cumprimento, pela instância de correição, das disposições dos Arts 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria Geral da União – CGU, no que tange aos fatos originados na Unidade Jurisdicionada**

As informações sobre este item estão sob a responsabilidade da Coordenação-Geral de Procedimentos Disciplinares – CGPAD/SE, unidade da Secretaria-Executiva, a qual compete, além de supervisionar todo o sistema de Correição do MAPA, coordenar, no âmbito do MAPA, os lançamentos do sistema CGU/PAD e constam no Relatório de Gestão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

## **4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESAS ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

### **4.1 Relação dos Programas do Plano Plurianual de Ação vigente que estiveram integral ou parcialmente na responsabilidade da Unidade Jurisdicionada**

## **DIVISÃO DE DEFESA AGROPECUÁRIA – DDA**

De acordo com o PPA 2012-2015 a DDA – Divisão de Defesa Agropecuária está no nível de execução das Ações vinculadas a programas temáticos, sendo portanto, de responsabilidade do MAPA as informações sobre os programas temáticos, os objetivos e as iniciativas a ele vinculados. O quadro abaixo apresenta o Programa Temático 2028 e seus desdobramentos até o nível das Ações de responsabilidade da DDA.

<b>QUADRO 4.1.1 - Hierarquia das ações de responsabilidade do VIGIAGRO/DDA/SFA-RN/MAPA</b>			
<b>PROGRAMA</b>	<b>OBJETIVOS</b>	<b>INICIATIVAS</b>	<b>AÇÕES</b>
<b>2028 - DEFESA AGROPECUÁRIA</b>	0364 - Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas e doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle.	012J - Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de animais, vegetais seus produtos e insumos agropecuários	2180 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos
			2181 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos
<b>Fonte: Orçamento da União Exercício Financeiro 2012 - Volume II</b>			

## **SERVIÇO DE SANIDADE, INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO VEGETAL - SIFISV**

De acordo com o PPA 2012-2015 o SIFISV- Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal está no nível de execução das Ações vinculadas a programas temáticos, sendo portanto, de responsabilidade do MAPA as informações sobre os programas temáticos, os objetivos e as iniciativas a ele vinculados. O quadro abaixo apresenta o Programa Temático 2028 e seus desdobramentos até o nível das Ações de responsabilidade deste SIFISV.

### **QUADRO 4.1.2 - Hierarquia das ações de responsabilidade do SIFISV/DDA/SFA-RN/MAPA**

<b>PROGRAMA</b>	<b>OBJETIVOS</b>	<b>INICIATIVAS</b>	<b>AÇÕES</b>
<b>2028 - DEFESA AGROPECUÁRIA</b>	0364 - Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas e doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle.	012H - Prevenção, controle e erradicação das pragas dos vegetais	2134 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos
			4738 - Erradicação da Mosca da Carambola
			8572 - Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais
	0368 - Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental.	013E - Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos agrícolas	2141 - Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes
			2179 - Fiscalização de Sementes e Mudanças
			2909 - Fiscalização de Agrotóxicos e Afins
	0570 - Assegurar a qualidade dos alimentos e bebidas por meio do	013H - Desenvolvimento e modernização dos instrumentos de fiscalização de atividades com OGM	4745 - Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados
			4746 - Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais
027A - Padronização, classificação, fiscalização e inspeção de produtos de origem			

PROGRAMA	OBJETIVOS	INICIATIVAS	AÇÕES
	aprimoramento dos mecanismos de controle de produtos e processos visando a oferta de alimentos seguros.	vegetal	
		0279 - Inspeção e fiscalização dos produtos de origem vegetal	8939 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal
<b>Fonte: Orçamento da União Exercício Financeiro 2012 - Volume II</b>			

## SERVIÇO DE SAÚDE, INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO ANIMAL – SIFISA

De acordo com o PPA 2012-2015 o SIFISA- Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal está no nível de execução das Ações vinculadas a programas temáticos, sendo portanto, de responsabilidade do MAPA as informações sobre os programas temáticos, os objetivos e as iniciativas a ele vinculados. O quadro abaixo apresenta o Programa Temático 2028 e seus desdobramentos até o nível das Ações de responsabilidade do SIFISA.

### QUADRO 4.1.3 - Hierarquia das ações de responsabilidade do SIFISA/DDA/SFA-RN/MAPA

PROGRAMA	OBJETIVOS	INICIATIVAS	AÇÕES
<b>2028 - DEFESA AGROPECUÁRIA</b>	0364 - Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas e doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle.	012I - Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais	4842 - Erradicação da Febre Aftosa
			8658 - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais
	0368 - Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental.	013F - Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos pecuários	2019 - Fiscalização de Material Genético Animal
			2124 - Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal
		2140 - Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário	
	0570 - Assegurar a qualidade dos alimentos e bebidas por meio do aprimoramento dos mecanismos de controle de produtos e processos visando a oferta de alimentos seguros.	0278 - Inspeção e fiscalização dos produtos de origem Animal	8938 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal
<b>Fonte: Orçamento da União Exercício Financeiro 2012 - Volume II</b>			

## DIVISÃO DE POLÍTICA, PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO - DPDAG

De acordo com o PPA 2012-2015 a DPDAG – Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário está no nível de execução das Ações vinculadas a programas temáticos, sendo portanto, de responsabilidade do MAPA as informações sobre os programas temáticos, os objetivos e as iniciativas a ele vinculados. O quadro abaixo apresenta o Programa Temático 2014 e seus desdobramentos até o nível das Ações de responsabilidade da DPDAG.

### QUADRO 4.1.4 - Hierarquia das ações de responsabilidade do DPDAG/SFA-RN/MAPA

PROGRAMA	OBJETIVOS	INICIATIVAS	AÇÕES
2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	0744 - Incentivar o desenvolvimento da agricultura orgânica e de outros sistemas sustentáveis, de forma a agregar valores ambientais, sociais e econômicos aos sistemas produtivos, melhorando a sua eficiência, a qualidade e competitividade dos produtos e a equidade na distribuição dos benefícios e renda.	02X3 - Fiscalização e aplicação de outros mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica, entregando a sociedade produtos orgânicos com qualidade oficialmente controlada	4720 - Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica
		02XB - Promoção do desenvolvimento da agricultura orgânica pelo aumento do acesso as tecnologias apropriadas e pela ampliação dos mercados de produtos orgânicos por meio de campanhas de conscientização	8606 - Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico
	0747 - Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.	02XL - Coordenação e fiscalização da atividade agrícola	2177 - Fiscalização de Serviços Agrícolas

Fonte: Orçamento da União Exercício Financeiro 2012 - Volume II

## SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO – SAD

De acordo com o PPA 2012-2015 o SAD – Serviço de Apoio Administrativo está no nível de execução da Ação vinculada ao programa temático **Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**, sendo portanto, de responsabilidade do MAPA as informações sobre os programas temáticos, os objetivos e as iniciativas a ele vinculados. O quadro abaixo apresenta o Programa Temático 2105 e seu desdobramento até o nível da Ação de responsabilidade do SAD.

### QUADRO 4.1.5 - Hierarquia das ações de responsabilidade do SAD/SFA - RN/MAPA

PROGRAMA	OBJETIVOS	INICIATIVAS	AÇÕES
2105 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	<i>Não se aplica</i>	<i>Não se aplica</i>	4716 - Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas

Fonte: Orçamento da União Exercício Financeiro 2012 - Volume II

## 4.2 Relação das Ações da Lei Orçamentária Anual (LOA) do Exercício que estiveram integral ou parcialmente sob a responsabilidade da UJ

À seguir, são apresentadas informações detalhadas sobre as Ações dos Programas Temáticos e de Gestão, Manutenção e Serviços, previstos nos Objetivos e Iniciativas constantes no Plano Plurianual de Ação (PPA) 2012-2015, sob a responsabilidade da SFA/RN.

### Quadro A.4.4.1 – Ação 2180 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos

Identificação da Ação						
Código		2180				
Descrição		Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos				
Iniciativa		012J -Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de animais, vegetais seus produtos e insumos agropecuários				
Unidade Responsável		SFA-RN				
Unidade Orçamentária		MAPA				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
<b>01</b>	<b>Fiscalização Realizada</b>	<b>unidade</b>	<b>6.905</b>	<b>7.299</b>		

Fonte: SIAFI e SIPLAN 2012

### Análise Crítica

O desempenho operacional da ação de Vigilância e Fiscalização do Trânsito de Vegetais e seus Produtos e Insumos que consta do Programa de Defesa Agropecuária, obteve resultado satisfatório, pois do quantitativo previsto 6.905 de fiscalização realizada, as duas unidades de vigilância no porto e aeroporto, operacionalizaram 7.299, fato que contribuiu significativamente, para impedir a entrada de pragas e doenças de outros países, com vistas, a evitar danos ao segmento econômico do agronegócio nacional, ao meio ambiente e saúde da população.

A definição de partida fiscalizada nas importações e exportações é apurada a partir do somatório das seguintes evidências: Termo de Fiscalização, Requerimento de Fiscalização de Embalagem de Madeira, Termo de Fiscalização de Trânsito Internacional de Passageiro, Termo de Retenção de Mercadoria e Produtos e Termo de Mercadoria Bagagens e Encomendas.

Esse somatório de atividades, cria o indicador FISCALIZAÇÃO REALIZADA na ação Vigilância e Fiscalização de Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos.

Destaca-se ainda que face o contingente de Fiscais Federais Agropecuário (FFA) da área vegetal lotados nas duas unidades de vigilância Porto e Aeroporto, ser insuficiente para atender a demanda, principalmente no período de maior pique de importação e exportação, utiliza-se a gestão do “pool”, disponibilizando FFA de outras áreas, principalmente, para os plantões de finais de semana. Apesar de neste exercício a prática ter sido implementada em menor escala, ocorreram momentos da necessidade de utilizar essa ferramenta de gestão.

A fiscalização do lixo de bordo de aviões e navios continuam a apresentar um ponto de crítico para a eficácia da ação, considerando que as duas estruturas aduaneiras Porto e Aeroporto não colocaram até o momento nas suas projeções de investimento a instalação de incineradores para essa finalidade. Quanto a esse ponto, o MAPA não tem medido esforços para alertar as duas estruturas, a necessidade URGENTE de solucionar este problema, pois trata-se de ambiente altamente comprometedor e ameaçador ao agronegócio nacional, ao meio ambiente e a saúde pública.

Na atividade não foi alocado orçamento, no entanto, em virtude do mesmo ambiente UVAGRO possuir duas ações uma na área animal e outra na área vegetal e a ação de Vigilância e Fiscalização do Trânsito de Animais de seus Produtos e Insumos ter recebido dotação orçamentária, essas ações finalísticas no Trânsito Internacional, foram custeadas com essa dotação e outras despesas de custeio pelo Programa Temático 2105 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MANUT.

#### Quadro A.4.4.2 – Ação 2181 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos

Identificação da Ação						
Código	2181					
Descrição	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos					
Iniciativa	012J - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, Vegetais, seus Produtos e Insumos Agropecuários.					
Unidade Responsável	SFA-RN					
Unidade Orçamentária	MAPA					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
18.462,00	18.462,00	16.113,00	16.113,00			16.113,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira em R\$	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fiscalização Realizada	unidade	3.422	1.977	18.462,00	16.113,00

Fonte: SIAFI e SIPLAN 2012

#### Análise crítica

O desempenho Operacional da ação de Vigilância e Fiscalização do Trânsito de Animais e seus Produtos e Insumos que consta do Programa de Defesa Agropecuária, não teve resultado satisfatório no desempenho de suas metas estabelecidas.

Do programado em Fiscalização Realizada 3.422, a execução atingiu apenas 1.977, nas duas Unidades existentes neste estado, situadas no Porto e Aeroporto.

Alguns fatores contribuíram para que essa evidência acontecesse;

01. Número de vôos diminuiu, impactando no quantitativo de bagagens a fiscalizar, sobre a presença de produtos de origem animal em transito e sem habilitação de risco sanitário.

02. As cargas de pescados anteriormente transitavam em *containers*, sendo cada unidade, certificada individualmente. A partir de determinado momento, as cargas passaram a ser transportadas em porões, com volumes de 200 a 300 t, recebendo por navio apenas 01 certificação. Essas evidências impactaram diretamente no quantitativo de fiscalização realizada, pois a programação teve como referência um quantitativo maior de vôos internacionais e saída de pescados, via *pallets* e *containers*.

Continua a Unidade de Vigilância Internacional Agropecuária (UVAGRO) do Porto de Natal sem FFA, com formação de Médico Veterinário, ficando as demandas a cargo do contingente da

UVAGRO do Aeroporto Internacional Augusto Severo ou pelos fiscais do SIFISA- Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal.

A atividade teve um empenho orçamentário satisfatório, participando do custeio das duas Unidades e contribuindo para que a Ação 2080 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos tivessem desempenho satisfatório, visto não ter recebido dotação orçamentária, conforme análise crítica dessa ação.

Como se tratam de duas ações dentro de um mesmo ambiente, esse arranjo orçamentário contribuiu para o operacional da iniciativa 012J - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, Vegetais, seus Produtos e Insumos.

#### Quadro A.4.4.3 – Ações 2134 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos

Identificação da Ação						
Código		2134				
Descrição		Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos				
Iniciativa		012H - Prevenção, controle e erradicação das pragas dos vegetais				
Unidade Responsável		22000 - MAPA				
Unidade Orçamentária		22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
266.371,72	266.371,72	21.033,56	21.033,56	2.348,94		18.684,62
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	FISCALIZAÇÃO REALIZADA NAS BARREIRAS	Unidade	15.000	5.525	230.885,08	

Fonte: SIAFI e SIPLAN 2012

#### Análise crítica

O cumprimento da meta prevista inicialmente ficou completamente prejudicada pela não realização do convênio entre Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e o Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do Rio Grande do Norte - IDIARN, devido a problemas com prestação de contas e pendências no cadastro do estado do Rio Grande do Norte.

Ressalte-se, por oportuno, que do total da dotação inicial, a parcela de R\$ 230.885,08 foi disponibilizada pelo Departamento de Sanidade Vegetal (DSV), em 19 de junho de 2012, na modalidade de custeio, visando atender ao repasse do convênio MAPA/IDIARN-RN, através do PROCESSO N° 21040000408/2012-27 cadastrado no Sistema de Convênios do Governo Federal – SICONV sob N° 756021/2011/MAPA/SFA-RN. Decorridos cinco meses da liberação dos recursos, o IDIARN, por meio do Ofício n° 350/2012-DG de 06 de novembro de 2012, manifestou desinteresse em assinar o Termo Aditivo ao convênio celebrado, em virtude do curto prazo para iniciar a execução orçamentária, apesar de várias orientações dirigidas ao IDIARN, através desta Superintendência Federal de Agricultura.

Por outro lado, os recursos que foram destinados para a execução direta desta SFA, que aparecem na coluna “liquidada” do quadro acima, foram plenamente utilizados para o fiel cumprimento de todas as metas inseridas no Plano Operativo Anual (POA) do Plano Interno (PI) VIGIFITO, a saber: 2381 toneladas de manga certificadas na origem para exportação para os EUA; todas as

certificações na origem de cucurbitáceas solicitadas para exportação para EUA, Canadá e Argentina, totalizando 89,67 toneladas; três supervisões de emissão de Certificados Fitossanitários de Origem/Certificados Fitossanitários de Origem Consolidado/Permissão de Trânsito de Vegetais; três capacitações técnicas na área de convênios; duas participações em reuniões técnicas regionais; e envio de dois Fiscais Federais e um Fiscal Estadual Agropecuário para participar do 16º Encontro Nacional de Fitossanitaristas - ENFIT, principal evento da área de Defesa Vegetal do Brasil.

Desta forma, as ações previstas no PI VIGIFITO para o exercício de 2012 tiveram suas metas de execução direta previstas no POA plenamente atingidas, em que pese o fato de que seu quadro de colaboradores responsáveis ter se reduzido a apenas um Fiscal Federal Agropecuário. Para superar essa dificuldade, os fiscais da área de fertilizantes, sementes e bebidas dispuseram-se a auxiliá-lo, contando ainda com o importante auxílio da Divisão de Defesa Agropecuária desta SFA.

#### Quadro A.4.4.4 – Ação 4738 - Erradicação da Mosca da Carambola

Identificação da Ação						
Código		4738				
Descrição		Erradicação da Mosca da Carambola				
Iniciativa		012H - Prevenção, controle e erradicação das pragas dos vegetais				
Unidade Responsável		22000 - MAPA				
Unidade Orçamentária		22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira em R\$	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Área Controlada	ha	5.279.679,00	5.279.679,00		

Fonte: SIAFI e SIPLAN 2012

#### Análise crítica

O SIFISV realiza essa ação apesar de não receber recursos específicos para executá-la. O monitoramento é realizado na área metropolitana do município de Natal, com o veículo desta SFA e nenhuma emissão de diárias. O material necessário é fornecido pelo MAPA e o SIFISV disponibiliza um técnico para coleta e manutenção das armadilhas.

Até o final do exercício de 2012 nunca houve a captura de nenhum exemplar da espécie alvo do monitoramento no estado, mantendo-se portanto o status de área indene de mosca da carambola. Esse resultado é bastante importante não só para o agronegócio potiguar mas para todo o Brasil, uma vez que a constatação da presença da referida praga pode ser objeto de criação de barreiras fitossanitárias que comprometem os programas de exportação de frutas brasileiras e outros produtos para países da Europa e Estados Unidos.

### Quadro A.4.4.5 – Ação 8572 - Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais

Identificação da Ação						
Código		8572				
Descrição		Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais				
Iniciativa		012H - Prevenção, controle e erradicação das pragas dos vegetais				
Unidade Responsável		22000 - MAPA				
Unidade Orçamentária		22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
373.326,84	373.326,84	28.411,14	28.411,14			28.411,14
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira em R\$	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Área Controlada	ha	165.856	178.351	373.326,84	

Fonte: SIAFI e SIPLAN 2012

#### Análise crítica

A área controlada objeto desta Ação manteve suas metas plenamente atingidas até o final de 2012, em que pese a dificuldade que o setor vivencia uma vez que, apesar da disponibilidade de R\$ 338.395,00 oferecidos pelo Ministério da Agricultura ao convênio com o IDIARN (órgão de execução estadual de defesa vegetal), o mesmo não se creditou em virtude de diversas situações de inadimplência em que o estado do RN se encontrava.

Desta forma, tem sido grande os esforços deste SIFISV no sentido de reassumir várias ações antes delegadas a equipe de fiscais estaduais, ressaltando-se que essa dificuldade está seriamente agravada pelo fato de que na área de Defesa Vegetal existe somente um único Fiscal Federal Agropecuário.

E até o final do exercício de 2012 o convênio MAPA/IDIARN não se renovou, apesar do grande esforço desta SFA e do SIFISV no sentido de alertar e de tomar inúmeras outras providências para viabilizar sua renovação. No final de outubro, quando finalmente se desfez a situação impeditiva do governo estadual para renovação do convênio, o IDIARN, através do Ofício nº 350/2012-DG de 06 de novembro de 2012, manifestou desinteresse em assinar o Termo Aditivo de renovação, em virtude do curto prazo para iniciar a execução orçamentária.

A Defesa Vegetal deste SIFISV concentrou esforços na execução das metas de seu POA, aplicando os R\$ 28.411,14 dos recursos planejados para a execução direta às ações que impactam na exportação de frutas do estado: a inspeção da área livre de *Anastrepha grandis*, sistema de mitigação de risco do mamão e sistema de mitigação de risco da manga.

Além disso, manteve o levantamento sanitário da ocorrência da cochonilha do carmim, ocasião em que, no final do ano, identificou a presença da referida praga e disparou ações de planejamento para conter o avanço da mesma nos cultivos de palma forrageira do estado. A ação teve sua importância estratégica ampliada em virtude da seca que acometeu o RN, aumentando a importância da cultura como reserva proteica aos rebanhos dos pequenos criadores.

O cenário futuro, no entanto, não nos é favorável. A persistir a relutância do MAPA na contratação de fiscais e agentes administrativos para repor os postos que vagaram nas últimas duas décadas, será impossível manter a situação de defesa vegetal do estado sob controle. Não há como acompanhar o

forte desenvolvimento do agronegócio proporcionado pela iniciativa privada com uma equipe que se reduz sistematicamente a cada exercício, sem que haja sequer perspectiva de novas contratações.

O estado do RN está na iminência de perder seu reconhecimento da área livre e dos Sistemas de Mitigação de Riscos descritos, programas que existem desde a década de 90, pois dependem do cumprimento de protocolos dos acordos bilaterais com os países importadores. Esses protocolos, a continuar a situação como está, deixarão de ser cumpridos pela simples razão de não haver mão-de-obra suficiente para atendê-los, ou seja, não é possível manter referidos programas com apenas um Fiscal Federal Agropecuário no setor, esperando-se, portanto, que novas contratações sejam realizadas com a maior brevidade possível.

#### Quadro A.4.4.6 – Ação 2141 - Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes

Identificação da Ação						
Código		2141				
Descrição		Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes				
Iniciativa		013E - Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos agrícolas				
Unidade Responsável		22000 - MAPA				
Unidade Orçamentária		22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
30.146,62	30.146,62	24.025,82	24.025,82	-	-	24.025,82
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira em R\$	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fiscalização Realizada	unidade	200	212	30.145,62	24.025,82

Fonte: SIAFI e SIPLAN 2012

#### Análise crítica

As metas previstas para 2012, especialmente no que diz respeito à coleta de amostras de fertilizantes para análise fiscal, foram atingidas com grande dificuldade, pelo fato de ocorrência de seca no estado, que levou os produtores a consumir menores quantidades desse insumo, e a fiscalização ainda que planejada, não encontrava nos estabelecimentos esse insumo disponível para ser fiscalizado.

As metas somente foram atingidas, pelo esforço dispensado por toda a equipe do SIFISV/RN para atingi-la, especialmente pela mudança estratégica proposta pelo responsável pela ação, em fiscalizar o insumo diretamente nas propriedades rurais. Uma vez traçada a estratégia, foi apresentado ao setor produtivo o plano de fiscalização durante a Expofruit 2012, ocorrida em junho, que reuniu em Mossoró toda a cadeia produtiva de melão.

O foco em fiscalizar o insumo nas propriedades produtoras da fruta levou em conta o fato da cultura ser a principal atividade econômica agrícola deste estado, não depender de chuvas por ser irrigada e por consumir grandes quantidades de fertilizantes. Desta forma, além do cumprimento das metas, obteve-se o reconhecimento dos produtores que há muitos anos consomem enormes quantidades de

fertilizantes e agora tiveram a oportunidade de notar a preocupação e o apoio da SFA/RN, através do SIFISV, no controle da qualidade desse insumo.

Também foi preponderante no cumprimento dessas metas o apoio prestado pelo DFIA - Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas que, através da Coordenação de Fiscalização de Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos, proporcionou em tempo e quantidades oportunas os recursos financeiros e as orientações necessárias às ações.

Mas, apesar do atingimento da meta, o desempenho da atividade tem apontado a necessidade urgente de aumento do quadro de pessoal para a atividade, sendo necessária contratação imediata de pelo menos mais um Fiscal Federal Agropecuário e um servidor administrativo. Atualmente existe apenas um fiscal que acumula a responsabilidade técnica da área de fertilizante, de agrotóxicos, é chefe substituto do SIFISV, além de prestar auxílio à outras áreas de fiscalização do SIFISV. Nos últimos três anos, o setor perdeu cinco servidores por motivo de óbito e aposentadoria. Considerando esse fato e o grande avanço do agronegócio brasileiro nos últimos trinta anos, nota-se que a demanda de serviço vem crescendo de maneira inversamente proporcional a quantidade de mão de obra disponível, restando claro a iminência de um colapso nessa área, a persistir a atual política de gestão e contratação de pessoas adotada por esse Ministério.

#### Quadro A.4.4.7 – Ação 2179 - Fiscalização de Sementes e Mudanças

Identificação da Ação						
Código		2179				
Descrição		Fiscalização de Sementes e Mudanças				
Iniciativa		013E -Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos agrícolas				
Unidade Responsável		22000 - MAPA				
Unidade Orçamentária		22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
45.428,42	45.428,42	39.049,08	39.049,08			39.049,08
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira em R\$	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fiscalização Realizada	unidade	314	360	45.428,42	39.049,08

Fonte: SIAFI e SIPLAN 2012

#### Análise crítica

Mais uma vez encerra-se o exercício com o pleno cumprimento das metas estabelecidas pelo PI FISCALSEM, atribuindo-se o sucesso do setor ao empenho das duas Fiscais Federais Agropecuárias que atuam no Serviço. Além de manter suas metas sempre alinhadas com o que foi planejado, o setor de Sementes e Mudanças desta SFA inovou na agilidade de entrega do resultado das amostras, sediou a Reunião Nacional sobre Legislação de Mudanças de Citros e continua coordenando as atividades da Comissão de Sementes e Mudanças no estado.

Tudo isso foi possível também devido ao forte apoio da Coordenação Nacional de Sementes e Mudanças, que em nenhum momento permitiu que faltassem recursos para deslocamento, aquisição de

material de informática e equipamento para coleta e logística para envio das amostras coletadas no estado.

O quantitativo de fiscais tem sido suficiente para o atendimento das demandas, necessitando no entanto, para melhor aprimoramento de seus trabalhos, de um servidor administrativo. E como visão de futuro, entendendo a importância do cumprimento das metas propostas, é preciso a contratar mais fiscais para que o quadro não fique defasado com as aposentadorias vindouras (considerando que uma fiscal da área tem tempo de serviço e idade suficiente para se aposentar) e constante crescimento do agronegócio local, permitindo assim que seja dada a necessária solução de continuidade à excelência da qualidade dos serviços atualmente prestados.

#### Quadro A.4.4.8 – Ação 2909 - Fiscalização de Agrotóxicos e Afins

Identificação da Ação						
Código		2909				
Descrição		Fiscalização de Agrotóxicos e Afins				
Iniciativa		013E - Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos agrícolas				
Unidade Responsável		22000 - MAPA				
Unidade Orçamentária		22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
4.000,00	4.000,00	2.397,93	2.397,93	-	-	2.397,93
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira R\$	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Fonte: SIAFI e SIPLAN 2012

#### Análise crítica

Em relação à fiscalização de agrotóxico a legislação vigente estabelece que é de responsabilidade do MAPA a fiscalização dos estabelecimentos produtores, importadores exportadores, além da regulamentação e da concessão de registro de estabelecimentos e de produtos. Assim sendo, em razão de não existir no estado nenhum estabelecimento dessa natureza, não existem metas a serem cumpridas por essa SFA.

Mesmo não tendo metas, a CGAA - Coordenação de Agrotóxicos e Afins do MAPA tem proporcionado aos Fiscais Federais Agropecuários oportunidades de se capacitar para a ação. Em 2012 a CGAA disponibilizou ao SIFISV/RN uma vaga para participar do Encontro de Fiscalização e Seminário Sobre Agrotóxicos, realizado em Curitiba – PR, que justifica a execução orçamentária descrita no quadro acima.

Os recursos foram usados para pagamento de diárias e passagens do técnico do RN que no momento, apoia a CGAA com a elaboração de um Plano Estratégico para implantação do SUASA na área de Fertilizantes e Agrotóxicos, com vistas a um projeto-piloto para atendimento da demanda presidencial da implantação do SUASA a nível nacional em todas as áreas da Defesa Vegetal.

**Quadro A.4.4.9 – Ação 4745 - Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados**

Identificação da Ação						
Código		4745				
Descrição		Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados				
Iniciativa		013H - Desenvolvimento e modernização dos instrumentos de fiscalização de atividades com OGM				
Unidade Responsável		22000 - MAPA				
Unidade Orçamentária		22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
4.930,99	4.930,99	2.541,46	2.541,46	-	-	2.541,46
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira R\$	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fiscalização Realizada	unidade	20	11	4.930,99	2.541,46

Fonte: SIAFI e SIPLAN 2012

**Análise crítica**

O exercício encerrou-se sem que houvesse a necessidade de fiscalização de transgênicos, uma vez que os plantios no estado foram drasticamente diminuídos pela ausência de chuvas.

Os FFAs responsáveis por essa área compareceram aos locais de plantio no primeiro semestre, constataram a ausência das áreas plantadas e, pelo princípio da economicidade, não retornaram aos campos durante o segundo semestre pois a situação climática manteve-se a mesma, restando claro a desnecessidade de novas vistorias.

Em não havendo novas áreas de plantio até o final do exercício de 2012, as metas financeiras foram realizadas proporcionalmente as ações planejadas e executadas, conforme demonstrado no quadro acima.

**Quadro A.4.4.10 – Ação 4746 - Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais**

Identificação da Ação						
Código		4746				
Descrição		Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais.				
Iniciativa		027A - Padronização, classificação, fiscalização e inspeção de produtos de origem vegetal				
Unidade Responsável		22000 - MAPA				
Unidade Orçamentária		22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
128.585,37	128.585,37	124.165,39	124.165,39	20.000,00	-	104.165,39

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira em R\$	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fiscalização Realizada	unidade	80	110	128.585,37	104.165,39

Fonte: SIAFI e SIPLAN 2012

### Análise crítica

O exercício de 2012 encerrou-se com as metas da Classificação Vegetal plenamente atingidas, confirmando o empenho do Responsável Técnico - RT da área na realização dos trabalhos, uma vez que é o único fiscal que atua nessa área. A Coordenação Geral de Qualidade Vegetal (CGQV) do MAPA teve também importante participação na superação dessas metas, apoiando a SFA-RN com disponibilidade de informações e orientações, franca comunicação Sede-SFA, pronta descentralização de recursos para deslocamento, aquisição de material de consumo e entrega de equipamentos de informática ao SIFISV. Patrocinou também a participação de dois fiscais federais em sua reunião anual, importantíssima para discussão e encaminhamento de propostas de melhoria para o setor e harmonização de procedimentos.

A maior parte dos recursos descentralizados – cerca de R\$ 73.000,00 – foram utilizados para pagamento de empresa especializada na classificação de trigo, importante produto na pauta de importação do RN e, como não se dispõe de mão-de-obra e laboratório adequado para essa demanda, deve-se fazê-lo através de contratação de laboratório credenciado, conforme previsto na Lei 9.972/2000. A parcela de R\$ 20.000,00 referente a restos a pagar advém exatamente desse contrato, usado para pagamento da classificação de trigo que, por força da não renovação do contrato ocorrido no final do exercício, o pagamento foi remetido para 2013.

Apesar do cumprimento das metas e realização de todas as tarefas, o setor atravessa graves problemas. Os trabalhos durante praticamente todo ano de 2012 foram realizados em uma sala provisória, uma vez que o laboratório de classificação da SFA-RN desabou e a reforma está prevista para o início de 2013, caso sejam superadas todas as etapas do processo licitatório. A contratação de nova empresa para classificação do trigo também é urgente e necessária, pois o estado importa quantidades consideráveis do produto, sendo obrigatória sua classificação antes de ser internalizado.

O quadro de servidores também é preocupante. Contando com apenas um fiscal para coletar, autuar, relatar e dar prosseguimento a todas as atividades do setor, fica claro a fragilidade a que está exposta a atividade de classificação vegetal da SFA. Na ausência do mesmo não há nenhum fiscal disponível e preparado para atuar, visto que aqueles que trabalhavam nessa área foram remanejados para atender áreas que estavam com carência de pessoal.

Desta forma, a persistir a dificuldade que existe na contratação de novos fiscais e agentes administrativos, este será mais um dos setores que entrarão em colapso, pela falta de mão-de-obra qualificada, ficando todo o estado sem nenhum tipo de controle sobre os produtos objetos do serviço da classificação vegetal, a saber: cereais, farinhas, óleos vegetais e resíduos e contaminantes em frutas e verduras.

Cabe destacar ainda que uma vez prejudicada a fiscalização da qualidade vegetal, ficam comprometidas a segurança alimentar e o direito do consumidor.

<b>Quadro A.4.4.11 – Ação 8939 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal</b>						
<b>Identificação da Ação</b>						
Código		8939				
Descrição		Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal				
Iniciativa		0279 - Inspeção e fiscalização dos produtos de origem vegetal				
Unidade Responsável		22000 - MAPA				
Unidade Orçamentária		22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
10.190,64	10.190,64	8.222,56	8.222,56	-	-	8.222,56
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira em R\$	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Estabelecimento Inspeccionado	unidade	56	35	10.190,64	8.222,56

Fonte: SIAFI e SIPLAN 2012

### **Análise crítica**

Apesar de constar como meta realizada 35 fiscalizações das 56 que estavam programadas, é importante esclarecer que os FFAs da área realizaram ao todo 78 inspeções, comprovadas através da emissão dos seus respectivos Termos. A diferença entre esses números reside no fato de o critério de contagem para se atingir a meta só considera as inspeções onde há a lavratura da lista de verificação, uma extensa lista que em parte das fiscalizações não se faz necessária a sua aplicação.

Ocorre que o grande volume de produção de polpa no estado foi prejudicado pela escassez de matéria prima, cuja safra foi drasticamente reduzida pela ausência de chuvas. Desta forma, os trabalhos de inspeção aconteceram, mas as listas de verificação não foram elaboradas porque as unidades visitadas, em sua maioria, estavam com as máquinas desligadas.

E além da superação dessa meta, a equipe da Inspeção de Bebidas conduziu 65 Autos de Infração, atendeu 10 pedidos de registro de estabelecimento e 208 pedidos de registro de produto. O ano de 2012 também foi marcado pelo atendimento a constantes demandas do Ministério Público, bastante interessado em informações e esclarecimentos sobre os trabalhos exercidos por esta SFA no combate a clandestinidade na produção de sucos e polpa de fruta e água de coco.

Desta forma, se considerarmos as mais de trezentas ações desenvolvidas pelo setor, resta claro que houve pleno cumprimento de suas metas e o que é mais importante, os avanços alcançados como resultado dessas ações realizadas durante o exercício de 2012. A somatória dos estabelecimentos visitados e produtos registrados representam uma subtração direta de produtos e fabricantes clandestinos que passam então a trabalhar em harmonia com as rigorosas normas de boas práticas de fabricação preconizadas pelo MAPA na busca da oferta à população de um alimento seguro.

O quantitativo de fiscais tem sido suficiente para o atendimento das demandas. Mas para aprimorar seus trabalhos, o setor precisa de um servidor administrativo. É preciso planejar a contratação de mais fiscais para que o quadro não fique defasado com as aposentadorias vindouras e constante crescimento do agronegócio local, permitindo assim que seja dada a necessária solução de continuidade à excelência da qualidade dos serviços atualmente prestados.

## **Outras atividades do SIFISV**

Além de se atender todas as metas de responsabilidade direta e ter superada algumas delas em até 10% (Classificação Vegetal e Sementes e Mudanças), o SIFISV mostrou-se presente em vários outros Serviços da SFA, colaborando de forma solidária para que também os demais setores, internos e externos, pudessem cumprir com suas atribuições. Dentre essas ações podemos destacar:

- Cessão de 01 Fiscal Federal Agropecuário em caráter definitivo à DPDAG para auxiliá-la no atendimento de suas atribuições regimentais estabelecidas pela Portaria nº428/MAPA, em vigor desde 14/06/2010, que aprova o regimento interno das Superintendências Federais de Agricultura;
- Cessão de 01 Fiscal Federal Agropecuário em caráter definitivo ao VIGIAGRO para auxiliá-lo na execução dos trabalhos de certificação para exportação que ocorrem frequentemente nos finais de semana;
- Cessão de 01 servidor administrativo em caráter definitivo ao Setor de Transportes para implantar e coordenar o Sistema de Controle de Veículos Automotores;
- Cessão de 01 servidor administrativo em caráter definitivo ao Setor de Compras e Contratos para apoio na elaboração de processos de aquisição de bens e serviços;
- Cessão de 01 computador para o VIGIAGRO Porto, 01 computador para o Setor de Transportes e uma estação de trabalho para o servidor cedido à DPDAG;
- Envio do Fiscal Federal Agropecuário lotado na área de Bebidas para a força tarefa solicitada pelo MAPA Sede para auxiliá-los na relatoria de processos em atraso;
- Envio do Fiscal Federal Agropecuário lotado na área de Fertilizantes para a força tarefa solicitada pela SFA-MG para auxiliá-los na relatoria de processos em atraso;
- Envio do Fiscal Federal Agropecuário lotado na área de Classificação Vegetal para ministrar treinamento na SFA-PI e participar de várias perícias em outros estados;
- Apoio ao Setor de Transportes na elaboração de Planilha Mensal de Programação de Viagens de todos os setores da SFA;
- Apoio ao Setor de Compras e Contratos na elaboração dos Termos de Referência e processos destinados a compras para o SIFISV e outros de interesse de toda a SFA;
- Envio do Chefe do SIFISV para ministrar as seguintes palestras sobre: Gestão Estratégica na SFA/Sergipe e na Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Certificação Internacional de Produtos Agrícolas para Exportação, no SEBRAE; Perdas no Varejo de Produtos Agrícolas, na Universidade Estadual de Sá-Campus Natal; Boas Práticas de Fabricação, na Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário do RN;
- Elaboração e execução de Plano de Ação em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento Agrário para apoiar assentados e cooperados na modernização de suas unidades de polpas de fruta, com envio do Fiscal Federal Agropecuário lotado na área de Bebidas para ministrar palestras e orientar pequenos produtores em três territórios da cidadania do estado do RN;
- Envio de 02 Fiscais Federais Agropecuários para montar e coordenar stand da SFA na Expofruit em Mossoró, além de outros dois para auxiliar no atendimento ao público no mesmo evento;
- Elaboração pela Chefia do SIFISV do Plano Estratégico para implantação do SUASA a nível nacional, apresentado nos eventos do DFIA em Brasília e DIPOV em Foz do Iguaçu;

- Elaboração e apresentação pela Chefia do SIFISV do Plano Estratégico para implantação do Banco de Relatoria de Processos, em evento do DFIA, em Brasília.
- Realização, com recursos angariados de sua própria equipe, serviços de reforma e pintura em todas as suas salas, além da sinalização de todo o segundo andar do prédio da SFA com placas nas portas e corredores, todos dentro do padrão visual do MAPA.

E da mesma forma, o SIFISV tem recebido importante apoio e colaboração da maioria dos setores da SFA, destacando-se o Gabinete do Superintendente, a Divisão de Defesa Agrícola e o SIFISA, seu parceiro de atividades na área animal. Na área administrativa também merecem destaque a Seção de Execução Orçamentaria e Financeira, a área de Tecnologia da Informação da SAOD, o Setor de Compras e Contratos, o Setor de Transportes, o Setor de Material e Patrimônio e a Seção de Gestão de Pessoas.

Todos têm demonstrado interesse e seriedade no cumprimento de suas ações, sem o qual seria impossível ter sido realizadas todas as tarefas finalísticas regimentalmente atribuídas à este Serviço. O exercício de 2012 encerrou-se, na opinião do Gestor do SIFISV, de maneira bastante satisfatória. Muitas foram as dificuldades mas o empenho da equipe aliado ao apoio de suas chefias imediatas e coordenadores dos Programas nacionais criou um ambiente de superação, notando-se presente a forte capacidade de resiliência de todo o grupo.

Mas somente esse esforço não será suficiente para sustentar a qualidade dos serviços nos exercícios futuros. Como já dito anteriormente, o número de servidores diminui de maneira inversamente proporcional a quantidade de demandas do setor, sendo esse o problema mais grave existente em nossa SFA. A cessão de servidores do SIFISV a outros setores se deu pela clara necessidade de se contratar mais pessoas, e não de simplesmente realocá-las. Assim procedendo, o SIFISV amparou os setores mais deficientes mas criou um lacuna em seu próprio Serviço, que será notado em um futuro breve.

O agronegócio brasileiro deu um grande salto nas últimas três décadas e o MAPA não tem conseguido acompanhar esse desenvolvimento a contento. O contingenciamento de despesas, a descentralização irregular de recursos, escasso nos primeiros meses e concentrado no final do exercício, a demora na implantação e atualização de sistemas que tragam mais agilidade aos serviços são elementos estratégicos que merecem maior atenção por parte deste Ministério.

O que ocorre é que, em não havendo esse suporte, a braveza de alguns de seus servidores terminam por suplantam, pelo esforço próprio, as lacunas operacionais aqui apontadas. Mas isso não é sustentável. A sobrecarga de trabalho desses que se preocupam em manter a qualidade dos serviços conduz a equipe a um estado de insegurança e insatisfação que em nada contribui para o atendimento ao cidadão, sendo certo um panorama de caos anunciado já para os próximos anos.

Desta forma, o SIFISV manterá sim seu espírito de luta e solidariedade que o tem caracterizado, esperando no entanto, que o MAPA consiga sensibilizar aqueles que o coordenam e o controlam, no sentido de prove-lo de maior quantidade de recursos humanos e demais condições, evitando que os serviços delegados às SFAs por força de lei sejam interrompidos pela falta de condição oferecida para realizá-los.

#### **Quadro A.4.4.12 – Ação 4842 - Erradicação da Febre Aftosa**

<b>Identificação da Ação</b>	
Código	4842
Descrição	Erradicação da Febre Aftosa.
Iniciativa	012I - Prevenção, Erradicação e Controle das Doenças dos Animais.
Unidade Responsável	SFA-RN
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
22.115,99	3.797,96	22.115,99	18.318,03	6.660,00	880,00	18.318,03
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira em R\$	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Área Livre	Km2	0	0	22.115,99	18.318,03

Fonte: SIPLAN2012 /SIAFI2012

### Análise Crítica

No que se refere ao Programa Nacional de Erradicação de Febre Aftosa (PNEFA), o estado do Rio Grande do Norte ainda não está com o status de reconhecido como Área Livre de Febre Aftosa com Vacinação, daí o índice “zero” na Ação 4842. Entretanto, o estado permanece na condição do desenvolvimento das ações previstas no Plano de Ação elaborado pelo órgão executor em atendimento ao constante nos Relatórios de Auditoria de Avaliação, visando o progresso no *status* sanitário desta UF em relação à Febre Aftosa. Durante o ano de 2012, inclusive, iniciou-se o Inquérito Soroepidemiológico para avaliação de circulação do vírus da febre aftosa no RN, estudo este que é uma das pré-condições para o estado fazer parte da área livre de Febre Aftosa do país. Na Ação 4842, no que diz respeito ao SIFISA-RN, foram executadas as seguintes atividades:

- Reunião em 27/03, em Brasília/DF, onde foram apresentados os resultados das últimas auditorias da região Nordeste, ficando a princípio o RN e a PB fora do inquérito soroepidemiológico, por não atenderem os itens imprescindíveis, importantes e necessários, avaliados em auditoria pelo DSA. Na ocasião foi assinado um termo de compromisso pelos representantes dos Estados, para garantir o prosseguimento do projeto de ampliação da zona livre de Febre Aftosa do Brasil;
- Acompanhamento de auditoria orientativa, realizada pela Coordenação Geral de Controle de Doenças (CGCD) do DSA, no mês de abril;
- Supervisão técnica de 08 (oito) Unidades Locais de Saúde Animal e Vegetal (ULSAV) e 02 (dois) postos fixos de fiscalização do IDIARN pelo Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal – SIFISA, nos meses de junho e julho;
- Participação em treinamento teórico-prático sobre aplicação do plano de Ação de Febre Aftosa – Vol. 1, atendimento à notificação de suspeita de doença vesicular pela Unidade Veterinária Local, ministrado pela Coordenação de Febre Aftosa do DSA, no mês de julho;
- Acompanhamento da auditoria realizada pelo DSA no IDIARN, no mês de julho, que resultou na elaboração do Plano de Ação para atendimento das recomendações da referida auditoria nos prazos estabelecidos e na inclusão de RN e PB no inquérito soroepidemiológico;
- Participação em 02 (duas) reuniões técnicas para nivelamento e padronização das atividades referentes ao inquérito soroepidemiológico para avaliação de circulação do vírus da febre aftosa, nos meses de setembro e novembro;
- Participação de reunião para padronização da utilização do Sistema de Gerenciamento de Atividades de Vigilância – SGAV, realizado em outubro;
- Supervisão técnica em 22 (vinte e duas) revendas de produtos veterinários para a verificação da comercialização da vacina contra a febre aftosa, realizada em novembro; e
- Apoio financeiro para o pagamento de médicos veterinários da Agência Agropecuária do Estado do Piauí – ADAPI, como colaboradores eventuais, para colheita de amostras do inquérito

soroepidemiológico no RN. Elemento de Despesa 339036 – Valor disponibilizado: R\$ 12.832,50, valor pago R\$ 10.266,00.

**Quadro A.4.4.13 – Ação 8658 - Prevenção, Erradicação e Controle das Doenças dos Animais.**

Identificação da Ação						
Código		8658				
Descrição		Prevenção, Erradicação e Controle das Doenças dos Animais.				
Iniciativa		012I - Prevenção, Erradicação e Controle das Doenças dos Animais.				
Unidade Responsável		SFA-RN				
Unidade Orçamentária		22101 - Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
69.874,26	1.362,36	69.874,26	68.511,90	6.340,00	4.420,00	68.511,90
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Propriedade Atendida	Unidade	10000	10435	69.874,26	68.511,90

Fonte: SIPLAN2012 /SIAFI2012

**Análise crítica**

A ação 8658 tem como objetivo garantir a segurança zoossanitária no RN, visando agregar valor qualitativo aos animais, seus produtos e subprodutos, por meio da prevenção, controle e erradicação de enfermidades dos animais, de acordo com os regulamentos técnicos do DSA e em consonância com os parâmetros sanitários recomendados pelos organismos internacionais. Nesta área de ação, o SIFISA/RN atua principalmente orientando, acompanhando, controlando e procedendo supervisões das atividades de defesa sanitária animal executadas pelo Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do RN - IDIARN e pelos médicos veterinários particulares, previamente habilitados. Tais ações foram adequadamente realizadas por este Serviço, tendo sido atingida a meta prevista no que diz respeito ao atendimento às propriedades com atividades pecuárias.

*Equídeos*

No que diz respeito ao Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos – PNSE, no ano de 2012 foram atendidas 3274 (três mil duzentos e setenta e quatro) propriedades, nas quais foram detectados 3 casos positivos para Mormo e 43 para AIE. Porém as ações de saneamento destas propriedades ainda estão aquém do ideal, em virtude das deficiências de estrutura e de pessoal do Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do Rio Grande do Norte – IDIARN, que acaba acarretando na descontinuidade das ações em defesa sanitária animal no RN.

*Brucelose e Tuberculose Animal*

O Programa de Controle e Erradicação de Brucelose e Tuberculose Animal – PNCEBT, no estado do Rio Grande do Norte, dispõe atualmente de 54 (cinquenta e nove) médicos veterinários habilitados, os quais realizaram cerca de 2700 (dois mil e setecentos) atendimentos a propriedades em 2012, tendo sido diagnosticados 52 (cinquenta e dois) animais reagentes para brucelose e 13 (treze cinco) positivos para tuberculose.

Em relação ao ano anterior, o programa registrou diminuição na realização de exames por parte dos habilitados e, portanto, também houve diminuição do número de animais reagentes positivos, tanto para brucelose, como para tuberculose. Foi renovada a certificação de 1 (uma) propriedade livre de

brucelose e tuberculose no município de Monte Alegre, e renovada 01 (uma) certificação de propriedade livre de tuberculose no município de Taipú.

### *Antígenos e Tuberculinas*

A distribuição de antígenos e tuberculinas para a realização de exames para Brucelose e Tuberculose é realizada pelo SIFISA-RN. Em 2012 foram distribuídas 26.400 (vinte e seis mil e quatrocentas) doses de AAT (Antígeno Àcido Tamponado), 16.700 (dezesesseis mil e setecentas) doses de PPD bovina e 3.450 (três mil quatrocentos e cinquenta) doses de PPD aviária. Como pontos negativos destacamos a deficiência por parte do órgão executor estadual na fiscalização da vacinação contra a brucelose e a ausência de informações acerca da eliminação de animais positivos para brucelose e tuberculose animal.

### *Sanidade Avícola*

No que diz respeito ao Programa Nacional de Sanidade Avícola, a notificações de vacinações em propriedades com criações de aves foram realizadas satisfatoriamente e não houve ocorrência de casos de doenças de notificação obrigatória no estado. Manteve-se a realização da certificação sistemática de 01 estabelecimento reprodutor para livre de *salmonella* e *mycoplasma*, o único registrado e atuante no RN.

### *Suídeos*

Também não foram registradas enfermidades de notificação obrigatória descritas no Programa Nacional de Sanidade Suídea, bem como não houve registro de granjas produtoras de suínos no RN em 2012.

### *Raiva dos Herbívoros*

No que se refere ao Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e outras Encefalopatias, houve registro de vacinação contra raiva em 3320 (três mil trezentas e vinte) propriedades, captura de morcegos para controle identificação de espécies hematófagas e seu controle populacional em 22 locais, tendo sido notificados 10 (dez) focos da doença nesta UF. Para fins de vigilância ativa à EEB (mal da vaca louca), foram coletadas amostras de alimentos para ruminantes para verificação da existência de proteína de origem animal em 3 propriedades, e todas amostras obtiveram resultado negativo.

### *Celebração de Convênios*

O acompanhamento e a fiscalização das ações pertinentes à área de defesa sanitária animal e vigilância desenvolvidas pelo IDIARN foram realizados de forma efetiva por este Serviço. Salienta-se que no ano de 2012 não ocorreu repasse de recurso financeiro através de celebração de Convênio na área de defesa sanitária animal, com o IDIARN, dificultando, de forma significativa, a execução de atividades do estado correspondentes às Ações 4842 e 8658, através de recurso financeiro próprio, com reflexos negativos no resultado, na eficácia e avanço do Estado, nos referidos programas. Praticamente, somente na parte da execução das ações do PNEFA, no que se refere aos compromissos assumidos pelo governo estadual, no Plano de Ações estabelecido, conforme o que consta do Relatório de Auditoria de avaliação, para participação do Inquérito Soroepidemiológico para Febre Aftosa, com vistas à Área Livre com Vacinação.

No que se refere ao Convênio, o IDIARN apresentou oficialmente à esta Superintendência, a proposta de Convênio Plurianual, cadastrada no SICONV, sob o nº 009559/2012, com período de vigência de 15/05/2012 a 31/12/2015, que já havia sido analisada pelo FFA responsável pelo parecer de viabilidade, com parecer favorável em 30/03/2012, que foi anexado ao processo autuado e encaminhado à Secretaria de Defesa Agropecuária-SDA/MAPA, em 10/05/2012.

O Departamento de Saúde Animal retornou o processo para a SFA/RN, em 05/06/2012, com o Parecer CGCD N° 11/2012, com as devidas recomendações de ajustes no Plano de Trabalho da proposta apresentada pelo IDIARN. Em 08/06/2012 foi encaminhado ao IDIARN, para as providências. Em 18/06/2012, foi recebida neste Serviço a documentação do IDIARN, com o atendimento aos itens solicitados pela CGCD/DSA, anexado ao processo e encaminhado novamente ao DSA/SDA/MAPA.

Em 20/06/2012, a CGCD/DSA emitiu parecer favorável á celebração do Convênio, com encaminhamento à Divisão de Programação Orçamentária daquele Departamento para as providências. Foi lançada no Sistema de Informação da Programação Orçamentária (SIOR) a programação orçamentária nos PI's FEBREAFTOS e PCEANIMAL, no valor total de R\$ 976.087,04. O processo tramitou, com a aprovação para assinatura e celebração do Convênio. Inclusive foram liberadas as notas de crédito para a SFA/RN, para que procedesse o respectivo empenho, com vistas ao devido repasse ao IDIARN.

Todavia, em função das vedações previstas em lei, por período eleitoral, todo o processo que deveria estar assinado, publicado e o recurso transferido para o IDIARN até a data limite de 06/07/2012 não foi concluído a tempo. Conforme consta do Despacho n° 277/2012/CA0/SDA, de 17/07/2012, como o IDIARN não cumpriu todas as condições estabelecidas no art.25, da Lei Complementar n° 101/2000 e do art. 38 da Portaria Interministerial n° 507/2011, até a data limite, o recurso não foi transferido.

Ainda, conforme o referido despacho da CAO/SDA, como os recursos estavam devidamente empenhados na SFA/RN, o IDIARN poderia apresentar novamente o pleito, após o período eleitoral, com as devidas atualizações em seu cronograma de execução e novo parecer de viabilidade por parte do concedente.

Em 07/11/12 o IDIARN protocolou nesta Superintendência o Ofício n° 350/2012-DG, com o posicionamento oficial sobre a não condição de celebração do Convênio, ainda no ano de 2012, em função da incompatibilidade com a execução orçamentária estadual para o final do exercício de 2012. A SFA/RN providenciou de imediato, o cancelamento dos empenhos, com a disponibilização de todos os recursos para recolhimento pela GCOF/SE/MAPA. Enfatiza-se que a não viabilização do Convênio afetou sobremaneira, a execução das ações inerentes aos programas sanitários, por parte do órgão executor, ou propriamente pelo Serviço Veterinário Estadual, uma vez que não houve disponibilização de recurso próprio estadual, para tal custeio.

#### **Quadro A.4.4.14 – Ação 2140 - Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário**

<b>Identificação da Ação</b>						
Código	2140					
Descrição	Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário					
Iniciativa	013 F - Aperfeiçoamento e Modernização dos Processos de Fiscalização de Insumos Pecuários					
Unidade Responsável	SFA-RN					
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento					
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
10.979,85	475,53	10.979,85	10.504,32			10.504,32
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fiscalização Realizada	Unidade	200	195	10.979,85	10.504,32

Fonte: SIPLAN2012 /SIAFI2012

### Análise Crítica:

O Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal – SIFISA, através de sua equipe de fiscalização de Insumos Pecuários, executa a Ação 2140 – Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário, no sentido de garantir a qualidade, segurança e eficácia dos produtos biológicos e dos medicamentos veterinários, bem como promover e fortalecer as campanhas nacionais de vacinação contra a febre aftosa e contra outras enfermidades animais em nível regional.

Objetiva-se desta forma defender os direitos dos consumidores e os interesses da sociedade, em harmonia com o meio ambiente. Neste intuito, realizam-se ações de fiscalização, registro, atendimento a denúncias, licenciamentos de produtos, importação e exportação de produtos de uso veterinário no Estado do Rio Grande do Norte, resguardando o consumidor local dos produtos irregulares e clandestinos que possam causar algum tipo de dano econômico a população em geral, ou a saúde dos animais.

Das dificuldades encontradas para a execução das metas planejadas para 2012 destacam-se o pequeno número de motoristas na SFA-RN, que dificultou o planejamento das ações para este ano, e o bloqueio de recursos em novembro e dezembro de 2012, por ordem da Coordenação de Fiscalização de Produtos Veterinários – CPV/DFIP/DSA/MAPA, nos meses de novembro e dezembro, que impediu a fiscalização de estabelecimentos neste período.

**Tabela 01 - Sinopse das atividades desenvolvidas dentro da Ação 2140 - Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário na SFA-RN**

Atividades	Quantidade Realizada em 2012
Termos de Fiscalização	195
Auto de Infração	12
Termo de Apreensão	11
Relatório em 1º Instância de PAF	12
Registro de Estabelecimentos	48
Renovação de Registro	100
Produtos Licenciados	02

Fonte: SIFISA/DDA/SFA-RN

### Quadro A.4.4.15 – Ação 2124 - Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal

Identificação da Ação						
Código	2124					
Descrição	Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal					
Iniciativa	013 F - Aperfeiçoamento e Modernização dos Processos de Fiscalização de Insumos Pecuários					
Unidade Responsável	SFA-RN					
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
13.068,44	354,67	13.068,44	12.713,77			12.713,77
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira em R\$	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fiscalização Realizada	Unidade	145	145	13.068,44	12.713,77

Fonte: SIPLAN2012 /SIAFI2012

## Análise crítica

O SIFISA/DDA/SFA-RN, no que diz respeito à Ação 2124 – Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal, atua na indústria e no comércio do Rio Grande do Norte, promovendo ações de fiscalização de estabelecimentos produtores e comerciantes de alimentos para animais, registro de produtos e de estabelecimentos produtores, colheitas de amostras para análises laboratoriais e no atendimento a denúncias. O objetivo desse trabalho é o de resguardar os criadores locais, assegurando-lhes a aquisição de alimentos para animais seguros e de qualidade, e de combater as atividades irregulares e clandestinas que possam causar algum tipo de dano ao rebanho do estado.

As atividades realizadas no ano de 2012 foram condizentes com as metas físicas e financeiras estabelecidas para esta Ação no período, porém houve dificuldades no apoio logístico das ações, em virtude do quadro de pessoal da área meio reduzido na SFA-RN.

Ações Desenvolvidas em 2012:

**Tabela 02 - Sinopse das atividades desenvolvidas dentro da Ação 2124 - Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal na SFA-RN:**

Atividades	Quantidade. Realizada em 2012
Termos de Fiscalização	145
Auto de Infração	21
Termo de Apreensão	11
Relatório em 1º Instância de PAF	26
Registro de Estabelecimentos	12
Produtos Registrados	40
Inutilização de Produtos	12
Colheita de Amostras	34

Fonte: SIFISA/DDA/SFA-RN

## Quadro A.4.4.16 – Ação 2019 - Fiscalização de Material Genético Animal

Identificação da Ação						
Código	2019					
Descrição	Fiscalização de Material Genético Animal					
Iniciativa	013 F - Aperfeiçoamento e Modernização dos Processos de Fiscalização de Insumos Pecuários					
Unidade Responsável	SFA-RN					
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.088,23	342,88	3.088,23	2.745,35			2.745,35
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira em R\$	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fiscalização Realizada	Unidade	11	8	3.088,23	2.745,35

Fonte: SIPLAN2012 /SIAFI2012

## Análise crítica

No estado do RN, as atividades relacionadas à Ação 2019 – Fiscalização de Material Genético Animal se concentram no registro, inscrição e baixa de reprodutores e acompanhamento das doses

de sêmen produzidas, e também registro e acompanhamento nos estabelecimentos avícolas. Na área de material genético animal, o estado tem registrado 01 (um) estabelecimento produtor de sêmen, 01 (uma) granja matrizeira e 01 (um) incubatório.

Durante o ano de 2012, o incubatório permaneceu com as atividades paralisadas em razão de reforma, motivo pelo qual não houve ações de fiscalização neste estabelecimento no período, o que não permitiu o alcance da meta física programada para o período.

**Tabela 03 - Sinopse das atividades desenvolvidas dentro da Ação 2019 - Fiscalização de Material Genético Animal na SFA-RN**

Atividades	Quantidade Realizada em 2012
Termos de Fiscalização	08
Inscrição de Reprodutores	21
Baixa de Reprodutores	11
Doses de sêmen liberadas	4800

Fonte: SIFISA/DDA/SFA-RN

**Quadro A.4.4.17 – Ação 8938 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal**

Identificação da Ação						
Código	8938					
Descrição	Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal					
Iniciativa	8938 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal					
Unidade Responsável	SFA-RN					
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
54.350,41	7.102,69	54.350,41	47.247,62	1.949,00		47.247,62
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Estabelecimento Inspeccionado	Unidade	43	43	54.350,41	47.247,62

Fonte: SIPLAN2012 /SIAFI2012 .

#### **Análise Crítica:**

A Ação 8938 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal trata das atividades de inspeção tecnológica e higiênico-sanitária nas indústrias que abatem animais ou recebem produtos, manipulam e beneficiam matéria-prima de origem animal, envolvendo a inspeção *ante-mortem* dos animais de consumo humano, a inspeção de produtos industrializados, subprodutos e derivados de um modo geral, decorrentes do abate, a fiscalização dos estabelecimentos das áreas de pescado, laticínios, carnes, ovos e produtos apícolas, bem como aqueles que armazenam, distribuem ou manipulam estes produtos, e a realização de rotinas operacionais visando a confirmação do atendimento às normas vigentes e aos acordos internacionais para manutenção do Brasil no mercado de exportação.

A meta proposta para 2012 foi alcançada, visto que foram realizadas atividades de fiscalização nos 43 estabelecimentos vinculados ao Serviço de Inspeção Federal - SIF no RN. Tais ações compreendem supervisões e fiscalizações em estabelecimentos, coleta e envio de amostras para

análises laboratoriais, análise de rótulos de produtos para registro; análise de projetos de reforma e ampliação de estabelecimentos; acompanhamento de carregamentos nos estabelecimentos para emissão de Certificados Sanitários Nacionais e Internacionais, atendimento a denúncias e ao público em geral, entre outras.

#### *Pescados*

No que diz respeito à Inspeção de Pescados, existem hoje 13 entrepostos de pescados e 14 Barcos-fábrica sob o SIF no Estado do RN. Durante o ano de 2012, foram feitas 22 supervisões em estabelecimentos de pescados; realizou-se mais de 140 sorteios de SIFs para coleta de amostras pelo Plano Nacional de controle de Resíduos – PNCRC; foram feitas 268 análises laboratoriais de rotina coletadas nos estabelecimentos; foram analisados mais de 50 rótulos de produtos para registro e foi feito um treinamento de capacitação dos Agentes de Inspeção que atuam nestes estabelecimentos.

#### *Laticínios e lácteos*

Na área de inspeção de laticínios e produtos lácteos, durante o ano de 2012 foram feitas 08 supervisões em Usinas de Beneficiamento de Leite e 02 supervisões em fábrica de laticínios, durante várias fiscalizações para avaliação das ações corretivas das não conformidades apontadas nas supervisões; 14 coletas de amostras pelo PNCRC; 121 coleta de amostras de rotina de leite e derivados (as de leite especificamente atendem ao Programa Nacional de Combate à fraude do Leite) e 41 rótulos foram aprovados dos SIFs 1866, 4571, 1670, 4628 e 434.

#### *Mel e produtos apícolas*

No que diz respeito à inspeção de mel e produtos apícolas foram realizadas 8 supervisões em empresas durante o ano de 2012. As atividades nestes estabelecimentos também incluíram o acompanhamento *in locum* de carregamentos e emissão de Certificados Sanitários para a comercialização de produtos com outros estados e países.

#### *Aves, ovos e derivados*

No que se refere à inspeção de aves, ovos e derivados, existem hoje no estado 10 granjas que produzem e beneficiam ovos de galinha/codorna, denominados Estabelecimentos Relacionados – ER, registradas junto ao SIFISA-RN. Tais estabelecimentos também foram alvo de supervisões e fiscalizações rotineiras. No que diz respeito ao Programa Nacional do Combate à Fraude da Água no Frango, foram realizadas 10 análises de amostras coletadas em casas atacadistas durante 2012, todas com resultado negativo.

#### *Carne e derivados*

No que concerne à inspeção de carne e derivados, há no RN hoje em dia 2 estabelecimentos registrados junto ao SIF, sendo um entreposto e uma fábrica de alimentos não comestíveis habilitada para a exportação, além de 20 Estabelecimentos Relacionados que comercializam produtos de origem animal, produzidos, beneficiados e embalados por outras empresas com SIF, para casas atacadistas. Nesta área de atuação, além das supervisões e fiscalizações das empresas, destaca-se a emissão de 83 Certificados Internacionais para produtos não comestíveis destinados à União Europeia, E.U.A. e Japão.

#### *Cestas básicas*

Por fim, também como Estabelecimento Relacionado-ER, há as Unidades Produtoras de Cestas Básicas, em número de 06 (seis), amparadas pela Instrução Normativa Nº 51 de 14 agosto de 2002, com parceria entre o MAPA e INMETRO, que também é alvo de ações de fiscalização deste serviço.

## Pessoal

Tendo o universo de ação ora descrito, vale ressaltar que o número de Fiscais Federais Agropecuários envolvidos na realização destas atividades é reduzido (apenas 5), o que dificulta a execução de atividades de fiscalização com maior frequência nos estabelecimentos produtores/beneficiadores de produtos de origem animal registrados junto à SFA-RN. O quadro reduzido de motoristas/agentes administrativos também dificultou a logística do envio de amostras para análises laboratoriais no ano de 2012.

### Quadro A.4.4.18 – Ação 8606 – Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pró-Orgânico

Identificação da Ação						
Código	8606					
Descrição	Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico					
Iniciativa	02XB - Promoção do desenvolvimento da agricultura orgânica pelo aumento do acesso as tecnologias apropriadas e pela ampliação dos mercados de produtos orgânicos por meio de campanhas de conscientização					
Unidade Responsável						
Unidade Orçamentária						
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Pessoa Beneficiada	Unidade	500	2.649	1.062	498

Fonte: SIPLAN/SIAFI/DPDAG/SFA-RN

## Análise Crítica:

### 1. DESENOORG

A Ação 8606 - Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pró-Orgânico, tem como objetivo o incentivo da produção orgânica e outros sistemas sustentáveis, tornando acessíveis tecnologias apropriadas aos sistemas orgânicos de produção, por meio de palestras e cursos de capacitação de técnicos e produtores.

Para a SFA/RN, cujo o produto desta ação é Pessoa Beneficiada, o previsto inicial foi fixado em 500. Ao longo de 2012 foram beneficiadas 2.649 pessoas, por meio de palestras, divulgação e oficinas. Desta forma, atingiu-se 5 (cinco) vezes o previsto inicial ( ver **Tabela 04**).

Comparando-se o resultado de 2011 com o de 2012, verifica-se um crescimento bastante significativo dos valores obtidos no período, também em torno de 500% (ver **Tabela 05**)

**Tabela 04 – Quadro Comparativo dos resultados 2011/2012**

Produto	Previsto Inicial	Realizado	Desempenho (%)	2011	2012	Crescimento (%)
Público Beneficiado	500	2.649	529,8	510	2.649	519,4

**Quadro A.4.4.19 – Ação 4720 - Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica**

Identificação da Ação						
Código	4720					
Descrição	Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica					
Iniciativa	02X3 - Fiscalização e aplicação de outros mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica, entregando a sociedade produtos orgânicos com qualidade oficialmente controlada					
Unidade Responsável						
Unidade Orçamentária						
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ord em	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Unidade Controlada	Unidade	612	506	8.797	3.886

Fonte: DPDAG/SFA-RN

**Análise crítica**

**2. CERTORGAN**

A Ação 4720 - Aplicação de Mecanismo de Controle da Qualidade Orgânica apresentou um crescimento em torno de 82%, conforme pode ser verificado na **Tabela 05**.

**Tabela 05 – Aplicação de Mecanismo de Controle da Qualidade Orgânica**

Produto	Previsto Inicial	Realizado	Desempenho (%)
Unidades Controladas	612	506	82,68

Em relação à 2011 verificou-se um extraordinário desempenho (ver **Tabela 6**), evidenciando as dificuldades encontradas em 2011 dado as restrição financeira.

**Tabela 06 – Evolução de Desempenho 2011/2012**

Produto	2011	2012	Crescimento (%)
Unidades Controladas	54	506	937

**Quadro A.4.4.20 – Ação 2177 - Fiscalização de Serviços Agrícolas**

Identificação da Ação						
Código	2177					
Descrição	Fiscalização de Serviços Agrícolas					
Iniciativa	02XL - Coordenação e fiscalização da atividade agrícola					
Unidade Responsável						
Unidade Orçamentária						
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fiscalização Realizada	Unidade	4	0	1.062	0

Fonte: SIPLAN/SIAFI/DPDAG/SFA-RN

## Análise Crítica

### 3. Aviação Agrícola

A Ação 2177 - Fiscalização de Serviços Agrícolas continuou em 2012 com o mesmo desempenho apresentado em 2011. Este é um serviço especializado, que só pode ser executado por Fiscal Federal Agropecuário detentor do curso de Coordenador em Aviação Agrícola. A situação é a mesma verificada no ano anterior (2011).

#### Quadro A.4.6 – Ação 4716 - Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas

Identificação da Ação						
Código	4716					
Descrição	Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas					
Iniciativa						
Unidade Responsável						
Unidade Orçamentária						
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.292.448,48	8.356,65	1.284.091,83	1.284.091,83	72.560,49		1.502.867,02
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Fonte: SIPLAN/SIAFI/SAD/SFA-RN

## Análise crítica

O Serviço de Apoio Administrativo – SAD é responsável pelas atividades relacionadas às áreas de apoio administrativo, financeiro e orçamentário, e operacional, como transportes, protocolo, compras e contratos, material e patrimônio, gestão de pessoas, execução orçamentária e financeira e atividades gerais.

No PPA 2012 – 2015, a dotação orçamentária e financeira contempla apenas uma ação – Ação 4716 - Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas e não estão incluídos os Objetivos nem as Iniciativas. Este fato dificulta uma melhor análise e crítica sobre esta ação específica na área de gestão e manutenção da SFA. Entretanto, a cada ano que passa nota-se uma redução sistemática na dotação orçamentária e financeira pelo Governo Federal para os serviços administrativos fundamentais ao apoio aos serviços finalísticos.

### 4.3 Demonstração e Análise do Desempenho da UJ na Execução Orçamentária e Financeira

#### Quadro A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da SFA/RN

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Secretaria Executiva/MAPA	22101	130002
Secretaria Defesa Agropecuária	22101	130007
Secretaria Desenvolvimento e Cooperativismo	22101	420013
Secretaria Executiva/MPA	58101	580030

Fonte: SIAFI/SEOF/SAD/SFA-RN

**Quadro A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa**

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
<b>Movimentação Interna</b>	<b>Concedidos</b>						
	<b>Recebidos</b>	420013	130023	201486060001			1.062,00
		130002	130023	210520TP0001	20.401,35		
		130002	130023	008901810001	53.413,91		
		130002	130023	210520000001			6.365,41
		130002	130023	210547160001			1.199.163,42
		420013	130023	20142B170001			1.239,00
		420013	130023	201421770001			1.062,00
		420013	130023	201447200001			8.797,42
		130007	130023	202820190001			3.088,23
		130007	130023	202821240001			13.068,44
		130007	130023	202821400001			10.979,85
		130007	130023	202821410001			29.846,62
		130007	130023	202821790001			45.093,14
		130007	130023	202829090001			4.000,00
		130007	130023	202847450001			4.930,99
		130007	130023	202847460001			128.516,65
		130002	130023	20141K400001			8.204,60
		130007	130023	202889380001			54.350,41
		130002	130023	202889390001			10.190,64
		130007	130023	210545720001			56.961,60
		420013	130023	202886540001			6.500,00
		130007	130023	201485910001			1.307,65
		130007	130023	202821340001			34.203,89
		130007	130023	202885720001			32.748,16
		130007	130023	202821810001			18.462,01
		130007	130023	202848420001			22.115,99
		420013	130023	202886580001			69.874,26

**Quadro A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa**

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
		420013	130023	201420SR0001			5.040,30
		420013	130023	201486110001			1.116,50
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos	580030	130023	211320000001			72.667,18
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos						
	Recebidos	130002	130023	210547160001	93.285,06		
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos						

Fonte: SIAFI/SEOF/SFA-RN

**Quadro A.4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação**

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)</b>	<b>1.285.141,52</b>	<b>882.600,40</b>	<b>1.285.141,52</b>	<b>866.708,68</b>
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	1.285.141,52	882.600,40	1.285.141,52	866.708,68
e) Concurso				
f) Consulta				
<b>2. Contratações Diretas (g+h)</b>	<b>242.106,30</b>	<b>260.325,31</b>	<b>242.106,30</b>	<b>260.325,31</b>
g) Dispensa	151.979,54	151.659,66	151.979,54	151.659,66
h) Inexigibilidade	90.126,76	108.665,65	90.126,76	108.665,65
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>15.965,45</b>	<b>21.861,67</b>	<b>15.965,45</b>	<b>21.861,67</b>
i) Suprimento de Fundos	15.965,45	21.861,67	15.965,45	21.861,67
<b>4. Pagamento de Pessoal (j+k)</b>	<b>311.630,79</b>	<b>302.595,91</b>	<b>311.630,79</b>	<b>302.595,91</b>
j) Pagamento em Folha	73.815,26	66.797,70	73.815,26	66.797,70
k) Diárias	237.815,53	235.798,21	237.815,53	237.798,21
<b>5. Outros</b>	<b>48.374,17</b>		<b>48.374,17</b>	
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>1.903.218,23</b>	<b>1.467.383,29</b>	<b>1.903.218,23</b>	<b>1.451.491,57</b>

Fonte: SIAFI/SEOF/SFA-RN

**Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO**

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>	<b>354.830,68</b>	<b>322.187,74</b>	<b>311.630,79</b>	<b>302.595,91</b>			<b>354.830,68</b>	<b>322.187,74</b>
3190.08	73.815,26	66.797,70	73.815,26	66.797,70			73.815,26	66.797,70
3390.14	281.015,42	255.390,04	237.815,53	235.798,21			237.815,53	235.798,21
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>3 – Outras Despesas Correntes</b>	<b>1.568.778,38</b>	<b>1.780.381,07</b>	<b>1.497.941,38</b>	<b>1.442.610,60</b>	<b>85.509,23</b>	<b>6.080,30</b>	<b>1.497.938,38</b>	<b>1.150.931,69</b>
3390.30	149.093,92	146.720,81	146.576,39	125.487,90	13.726,97	780,30	146.576,39	125.487,90
3390.33	130.409,87	120.060,66	75.818,08	84.017,47			75.818,08	84.017,47
3390.36	24.608,90	28.839,82	22.042,40	27.600,82			22.042,40	27.600,62
3390.37	572.562,88	542.840,34	566.122,18	542.800,22	44.576,37		566.122,18	542.800,22
3390.39	663.869,48	632.425,83	661.172,50	354.731,23	26.719,97	5.300,00	661.172,50	354.731,33
3390.47	1.766,70	2.008,42	1.766,70	1.844,77			1.766,70	1.844,77
3390.92	6.926,37	7.706,46	6.926,37	7.360,42			6.926,37	7.360,42
3390.93	10.116,66	4.304,35	8.090,16	3.736,35			8.090,16	3.736,35
3391.39	4.625,14	3.552,67	4.625,14	3.352,67	485,92		4.625,14	3.352,67
3391.92	4.798,46	242,96	4.798,46				4.798,46	
3330.41		291.278,75		291.678,75				
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa								
<b>4 – Investimentos</b>	<b>93.285,06</b>	<b>57.778,70</b>	<b>93.285,06</b>	<b>57.778,70</b>	<b>361.668,43</b>			
4490.52	93.285,06	57.778,70	93.285,06	57.778,70	361.668,43			
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

**Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO**

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
<b>5 – Inversões Financeiras</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>6 – Amortização da Dívida</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

**Fonte: SIAFI/SEOF/SFA-RN**

**Análise crítica**

A Execução Orçamentária no exercício de 2012 no âmbito da SFA/RN foi realizada de acordo com os ditames emanados pela secretaria executiva do Ministério da Agricultura com os recursos descentralizados, diferentemente do que foi programado, com antecedência, no plano operativo da unidade para o exercício em referencia.

Todas as demandas para o bom e efetivo funcionamento da Superintendência Federal no RN foram cumpridas. Entretanto com cortes nos orçamentos destinados a SFA's em 2012, várias ações deixaram de ser atendidas, principalmente em investimentos e serviços, ou seja, na manutenção predial, como pinturas e restauração e outros serviços de reforma predial, considerando que o edifício sede da SFA/RN, remonta da década de 1930 e que requer continuamente reparos e conservação por parte da administração.

A aquisição de equipamentos de informática, computadores e outros equipamentos foi outra demanda programada e consignada no plano operativo de 2012, que não foi executada na sua totalidade, pois a dependência de recursos, regulada pela administração central e a parte operacional e a burocracia referente às licitações.

O fator positivo para essa restrição no orçamento demandado foram as medidas tomadas pelo gestor no que diz respeito a economicidade em energia, telefonia fixa, comunicação, manutenção da frota oficial, combustíveis, etc. Considera-se portanto, não obstante todas as dificuldades, enfrentadas ao longo do exercício de 2011 pela gestão, com cortes no limite orçamentário para essa unidade, a falta de pessoal administrativo, o cumprimento das tarefas e ações exigidas pelo principal usuário da SFA/RN, ou seja, o cidadão e a sociedade brasileira.

## 5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1 Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos  
(*Não se aplica*)

5.2 Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

**Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores**

Valores em R\$  
1,00

<b>Restos a Pagar Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante Inscrito</b>	<b>Cancelamentos Acumulados</b>	<b>Pagamentos Acumulados</b>	<b>Saldo a Pagar em 31/12/2012</b>
2012	307.570,50	291.678,75	15.891,75	
2011	378.484,71		378.484,71	
...				
<b>Restos a Pagar não Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante Inscrito</b>	<b>Cancelamentos Acumulados</b>	<b>Pagamentos Acumulados</b>	<b>Saldo a Pagar em 31/12/2012</b>
2012	118.993,33	124.276,57	447.177,46	6.080,30
2011	1.433.665,64	40.322,21	937.412,44	458.541,00
...				

Fonte: SIAFI/SEOF/SFA-RN

### Análise Crítica

No final do exercício foram feitas as análises para inscrição dos restos a pagar, foram efetuados os devidos pagamentos. Foi efetuado o cancelamento automático no valor de R\$ 67.199,00 e o setor competente está tomando as medidas legais.

**5.3. Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência**

**5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício**

**Quadro A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência**

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO RN									
CNPJ: 00.396.895/0019-54					UG/GESTÃO: 130023				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
2	033078/2012	08.281.073/0001-00	1.427.900	209.150	1.218.750	1.218.750	2012	2013	1
2	014779/2012	08.148.470/0001-09	261.105	7.605	253.500	253.500	2012	2013	1
2	013565/2012	08.143.026/0001-09	502.125	14.625	487.500	487.500	2012	2013	1
2	045662/2012	08.079.774/0001-61	520.000	35.000	485.000	485.000	2012	2013	1
2	014062/2012	08.168.940/0001-04	511.000	23.500	487.500	487.500	2012	2013	1
2	025229/2012	01.612.375/0001-75	149.300	3.050	146.250	146.250	2012	2013	1
2	050657/2012	08.355.489/0001-26	350.000	8.750	341.250	341.250	2012	2013	1
2	024367/2012	08.349.003/0001-47	190.000	4.750	185.250	185.250	2012	2013	1
2	023844/2012	08.085.417/0001-06	250.000	6.250	243.750	243.750	2012	2013	1
2	025284/2012	08.096.372/0001-75	176.000	29.750	146.250	146.250	2012	2013	1
2	52983/2012	01.613.858/0001-94	248.950	5.200	243.750	243.750	2012	2013	1
2	042719/2012	01.612.374/0001-20	279.744	6.744	273.000	273.000	2012	2013	1
2	030567/2012	08.173.502/0001-26	240.300	25.800	214.500	214.500	2012	2013	1
2	042716/2012	08.079.915/0001-46	210.000	15.000	195.000	195.000	2012	2013	1
2	024907/2012	08.109.126/0001-00	250.000	6.250	243.750	243.750	2012	2013	1
2	023032/2012	08.086.662/0001-38	250.000	6.250	243.750	243.750	2012	2013	1
2	030285/2012	08.087.561/0001-81	255.000	11.250	243.750	243.750	2012	2013	1
2	024323/2012	08.294.654/0001-87	310.853	18.353	292.500	292.500	2012	2013	1
2	027845/2012	08.158.669/0001-18	497.500	10.000	487.500	487.500	2012	2013	1
2	051048/2012	08.294.654/0001-87	320.000	8.000	312.000	312.000	2012	2013	1
2	051062/2012	08.080.210/0001-49	250.000	6.250	243.750	243.750	2012	2013	1
2	051162/2012	08.096.083/0001-76	270.500	26.750	243.750	243.750	2012	2013	1
2	050773/2012	01.612.371/0001-97	250.000	6.250	243.750	243.750	2012	2013	1

Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO RN										
CNPJ: 00.396.895/0019-54					UG/GESTÃO: 130023					
Informações sobre as Transferências										
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.	
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim		
2	029804/2012	08.349.102/0001-29	250.000	6.250	243.750	243.750	2012	2013	1	
2	029755/2012	08.204.497/0001-71	250.000	6.250	243.750	243.750	2012	2013	1	
2	026837/2012	08.086.662/0001-38	250.000	6.250	243.750	243.750	2012	2013	1	
2	029717/2012	08.167.306/0001-49	251.062	7.312	243.750	243.750	2012	2013	1	
2	033609/2012	08.294.662/0001-23	268.750	25.000	243.750	243.750	2012	2013	1	
2	33652/2012	01.612.371/0001-97	250.000	6.250	243.750	243.750	2012	2013	1	
2	045483/2012	08.358.889/0001-95	348.250	7.000	341.250	341.250	2012	2013	1	
2	022987/2012	08.348.989/0001-30	298.500	6.000	292.500	292.500	2012	2013	1	
2	022797/2012	08.349.011/0001-93	527.000	39.500	487.500	487.500	2012	2013	1	
2	022979/2012	08.355.489/0001-26	250.000	6.250	243.750	243.750	2012	2013	1	
2	023003/2012	08.088.247/0001-13	250.000	6.250	243.750	243.750	2012	2013	1	
2	051833/2012	01.612.396/0001-90	298.500	6.000	292.500	292.500	2012	2013	1	
2	46890/2012	08.234.155/0001-02	500.000	12.500	487.500	487.500	2012	2013	1	
2	44839/2012	08.357.600000-13	248.750	5.000	243.750	243.750	2012	2013	1	
2	52334/2012	08.113.466/0001-05	1.000.000	25.000	975.000	975.000	2012	2013	1	
2	50784/2012	08.357.675.0001-02	250.000	6.250	243.750	243.750	2012	2013	1	
2	24258/2012	08113896/0001-27	181.500	64.500	117.000	117.000	2012	2013	1	
2	32868/2012	08.173.502/0001-26	250.000	6.250	243.750	243.750	2012	2013	1	
2	23664/2012	08.161.614.0001-67	251.062	7.312	243.750	243.750	2012	2013	1	
2	15352/2012	08.144.800/0001-98	500.000	12.500	487.500	487.500	2012	2013	1	
2	54296/2012	08.349.045/0001-88	351.250	10.000	341.250	341.250	2012	2013	1	
2	55311/2012	08.294.654/0001-87	200.000	5.000	195.000	195.000	2012	2013	1	
2	55363/2012	08.365.900/0001-44	500.000	12.500	487.500	487.500	2012	2013	1	
2	55272/2012	08.079.915/0001-46	300.000	7.500	292.500	292.500	2012	2013	1	
2	55313/2012	08.349.052/0001-80	497.448	9.948	487.500	487.500	2012	2013	1	
2	018371/2012	08.004.525/0001-07	1.950.011	195.011	1.755.000	1.755.000	2012	2013	1	
TOTAL			18.442.360	1.002.110	17.440.250	17.440.250				

**LEGENDA2012**

Modalidade:  
1 - Convênio  
2 - Contrato de Repasse

Situação da Transferência:  
1 - Adimplente  
2 - Inadimplente

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO RN									
CNPJ: 00.396.895/0019-54					UG/GESTÃO: 130023				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3 - Termo de Cooperação 4 - Termo de Compromisso					3 - Inadimplência Suspensa 4 - Concluído 5 - Excluído 6 - Rescindido 7 - Arquivado				
Fonte: SICONV/DPDAG/SFA-RN									

### 5.3.2 Quantidade de Instrumentos e Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

**Quadro A.5.4 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios**

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA DO RN					
CNPJ:	00.396.895/0019-54					
UG/GESTÃO:	130023					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio		2	2		487.620	200.000
Contrato de Repasse	49	44	60	17.440.250	10.482.600	9.956.750
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
<b>Totais</b>	<b>49</b>	<b>46</b>	<b>62</b>	<b>17.440.250</b>	<b>10.970.220</b>	<b>10.156.750</b>

Fonte: SICONV/DPDAG/SFA-RN

### 5.3.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Permanecerão Vigentes no Exercício de 2013 e seguintes

**Quadro A.5.5 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes**

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA DO RN					
CNPJ: 00.396.895/0019-54			UG/GESTÃO: 130023		
Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio					
Contrato de Repasse	49	17.440.250	27.473.000		1,58
Termo de Cooperação					
Termo de Compromisso					
<b>Totais</b>	<b>49</b>	<b>17.440.250</b>	<b>27.473.000</b>		<b>1,58</b>

Fonte: SICONV/DPDAG/SFA-RN

### 5.3.4 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

**Quadro A.5.6 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse. Valores em R\$ 1,00**

Unidade Concedente					
Nome: SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA DO RN					
CNPJ: 00.396.895/0019-54			UG/GESTÃO: 130023		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2012	Contas Prestadas	Quantidade			49
		Montante Repassado			17.440.250
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2011	Contas Prestadas	Quantidade	2		44
		Montante Repassado	487.620		10.482.600
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2010	Contas Prestadas	Quantidade	2		60
		Montante Repassado	200.000		9.956.750
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte: SICONV/DPDAG/SFA-RN

**5.3.5 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse**

**Quadro A.5.7 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse**

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA DO RN					
CNPJ: 00.396.895/0019-54			UG/GESTÃO: 130023		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse Valores em R\$ 1,00
2012	Quantidade de Contas Prestadas				
	Com Prazo de Análise ainda <b>não Vencido</b>	Quantidade	Contas Analisadas		
			Contas Não Analisadas		49
		Montante Repassado (R\$)		17.440.250	
	Com Prazo de Análise <b>Vencido</b>	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		
			Quantidade Reprovada		
			Quantidade de TCE		
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade		
Montante Repassado (R\$)					
2011	Quantidade de contas prestadas				
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	2	44	
Montante repassado (R\$)		487.620	10.482.600		
2010	Quantidade de Contas Prestadas			2	60

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA DO RN					
CNPJ: 00.396.895/0019-54			UG/GESTÃO: 130023		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse Valores em R\$ 1,00
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
Contas NÃO Analisadas	Quantidade				
	Montante Repassado		<b>200.000</b>	<b>9.956.750</b>	
Exercícios Anteriores a 2010	Contas NÃO Analisadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte: SICONV/DPDAG/SFA-RN

### Análise crítica

- 1 - A adimplência ou inadimplência é verificada pela Caixa Econômica Federal.
- 2 - Evolução dos contratos:

ANO	NÚMERO DE MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS			VALOR EM MIL (R\$)		
	Convênio (1)	Contr Repasses (2)	(1+2)	(1)	(2)	GLOBAL (1+2)
<b>2010</b>	2	60	62	200.000	9.956.750	10.156.750
<b>2011</b>	2	44	46	487.620	10.482.600	10.970.220
2012	-	49	49	-	17.440.250	17.440.250

3 - O pronto atendimento às exigências feito pelo MAPA, continuam sendo a maior barreira para que haja celeridade na aprovação dos contratos, em tempo hábil, como já foi relatado em anos anteriores.

4 - Controle: a Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário, não autoriza a contratação de repasse pela CAIXA, se não forem atendidas as exigências e recomendações feitas pelos analistas dos processos.

5 - Para atender eficientemente a demanda das ações a serem executadas em 2012, a DPDAG necessitaria de pelo menos um FFA engenheiro agrônomo com especialização em aviação agrícola e com treinamento específico em indicação geográfica para executar essas duas ações, embora o ideal fosse um FFA para cada atividade. Além disso, as outras atividades, como APOIOPEC (Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuária) e FISCALPEC (Fiscalização de Serviços Pecuários) necessitaria de FFA Médico Veterinário.

Até 09/2012	FFA	AUXILIAR
		1 FFA (Chefe)
Até 12/2012	2 FFA	2
Total	2	2

## 5.4 SUPRIMENTOS DE FUNDOS

### 5.4.1.3 Suprimento de Fundos - Cartões de Crédito Corporativo (CPGF)

**Quadro A.5.10 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e Portador**

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	130023	Limite de Utilização da UG	50.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
BARBARA HONORIO CRUZ	00978023447			240,64	240,64
FLADEMIR DE C NUNES	02370632470			69,00	69,00
EDUARDO L F DE ARUAJO	03207093450			741,09	741,09
ROBERTO GASTAO DA SILVA	03603563204			2.024,10	2.024,10
FRANCISCO NEUTON LIMA	03857816368			809,27	809,27
EVADIO PEREIRA	03930513404			493,00	493,00
JOSE MAJULI BEZERRA	04401328434			288,01	288,01
OSVALDO DE SOUSA ROQUE	05048990482			120,00	120,00
GERALDO M C P DO REGO	07179782491			544,18	544,18
GIVONALDO A DA SILVA	07845189472			237,37	237,37
JONAS FRANCISCO DE SENA	08556490468			486,65	486,65
RAQUEL APARECIDA FURLAN	12358781800			1.180,72	1.180,72
ELITA M L PALMEIRA	12738778453			1.432,43	1.432,42
BONIFACIO F DE GOUVEIA	13124692420			607,02	607,02
LUIZ ANTONIO DE SOUSA	14063441415			180,01	180,01
DJALMA D P DE MACEDO	14085933434			262,04	262,04
MARCOS R BARBALHO	18321224415			1.392,17	1.392,17
MARIO S G PIMENTEL	18401260191			629,61	629,61
ELEU DE OLIVEIRA PEREIRA	21079072004			991,82	991,82
TIBERIO C R DE SOUSA	21496179862			545,01	545,01
CLETO A M R JUNIOR	38774518453			438,01	438,01
JANUS P F DE MACEDO	56584040453			1.073,74	1.073,74
VALDEMAR EMIDIO DA SILVA	87561280459			1.179,57	1.179,57
<b>Total Utilizado pela UG</b>				15.965,45	15.965,45
<b>Código da UG 2:</b>		<b>Limite de Utilização da UG:</b>			
<b>Total Utilizado pela UG</b>					
<b>Total Utilizado pela UJ</b>					

Fonte: SIAFI/SEOF/SFA-RN

### 5.4.1.4 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão de Crédito Corporativo (CPGF) pela UJ

**Quadro A.5.11 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)**

Valores em R\$ 1,00

Exercícios	Suprimento de Fundos						Total (R\$)
	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	
2012					137	15.965,45	15.965,45
2011					160	22.271,00	22.271,00
2010					208	34.949,57	34.949,57

Fonte: SIAFI/SEOF/SFA-RN

### 5.4.1.5 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

**Quadro A.5.12 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)**

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas												
PC Aguardando Análise												
PC em Análise												
PC não Aprovadas												
PC Aprovadas							68	15.965,45	54	22.271,00	97	34.949,57

Fonte: SIAFI/SEOF/SFA-RN

#### Análise crítica

Os recursos foram utilizados para atender as demandas das áreas finalísticas e suas ações. Foram adotadas medidas de controle para maior assegurar a aplicação dos recursos conforme a legislação vigente.

## 5.5 RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA UJ (NÃO SE APLICA)

## 5.6 GESTÃO DE PRECATÓRIOS (NÃO SE APLICA)

## 6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

### 6.1 Informações sobre a estrutura de pessoal da Unidade Jurisdicionada

#### 6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da UJ

#### Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/2012 (Parte A, item 6, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012)

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	92	92		3
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	92	92		3
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	92	92	1	3
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	2	2	1	
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>				
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	1	1	1	1
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>95</b>	<b>95</b>	<b>2</b>	<b>2</b>

Fonte: Fonte: SGP/ SFA/RN-MAPA

#### Análise crítica

Na análise do Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12/2012 verifica-se que, o total de servidores ocupantes de cargo efetivo diminuiu em relação aos números apresentados nos relatórios de gestão anteriores. Isso se deve às aposentadorias e remoções ocorridas entre 2010 e 2012, para a quais não houve substituição por novos servidores. O que como consequência impacta a realização das atividades nos setores/serviços em que os referidos servidores eram lotados.

Outro ponto que merece atenção é o elevado número de servidores na UJ que já cumpriram os requisitos legais para aposentadoria, estima-se que em 31/12/2012, 38% dos servidores desta SFA/RN já faziam jus ao abono de permanência de que trata a EC 41/2003. O referido quadro é mais grave nas áreas de fiscalização e apoio administrativo, onde mais de 50% dos servidores já cumpriram os requisitos para aposentadoria. É importante ressaltar que os gestores desta SFA/RN já estão cientes desta situação e que esta UJ tem enviado comunicações ao órgão central solicitando novos servidores tanto na área técnica como na área administrativa.

No tocante às informações sobre autorização e realização de concursos públicos é importante informar que está UJ não possui competência regimental, para adotar esse tipo de providência. Sendo assim conforme acima mencionado, as medidas adotadas nesse aspecto se restringem a solicitações à Unidade Gestora Central.

Com referência aos indicadores na área de Gestão de Pessoas é importante informar que, no ano de 2012 em consonância à Portaria nº273, de 05 de abril de 2012, para o 3º Ciclo de Avaliação de desempenho foi desenvolvido junto aos servidores um plano de trabalho com metas intermediárias, para os setores e metas individuais pactuadas para cada servidor.

O acompanhamento destas metas além de compor o método para avaliação de desempenho foi também utilizado para elaboração do Plano Anual de Educação Continuada PAEC- 2013, que estabelece as ações de capacitação a serem realizadas no ano de 2013.

Destaca-se também a elaboração do PAEC- PROV-RH, que estabelece ações voltadas para qualidade de vida do servidor, que foi elaborado no exercício de 2012, para ser executado em 2013.

Em relação à existência nesta UJ de sistema de controle referente à acumulação de cargos públicos, informo que no momento da posse, remoção e aposentadoria, o servidor informa por meio de declaração que não acumula cargos públicos. O sistema SIAPE indica a existência de outra matrícula ativa para o servidor.

#### 6.1.1.1. Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da UJ

**Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12**

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>3</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	
1.2. Exercício de Função de Confiança	2
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	1
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	2
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	
4.1. Doença em Pessoa da Família	
4.2. Capacitação	
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	
5.2. Serviço Militar	
5.3. Atividade Política	
5.4. Interesses Particulares	
5.5. Mandato Classista	
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>5</b>

Fonte: SGP/SFA/RN-MAPA

1.3 Lei nº 8.112/90, art. 93, inciso II, regulamentado pela Lei Especial nº 6.999/82.

## 6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

**Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)**

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	6	6	1	1
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	6	6	1	1
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	5	5		
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas				
1.2.4. Sem Vínculo	1	1	1	1
1.2.5. Aposentados				
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>13</b>	<b>13</b>	<b>4</b>	<b>4</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	13	13	4	4
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>5</b>	<b>5</b>

Fonte: SGP/SAD/SFA/RN

### 6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da UJ Segundo a Idade

**Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provedimento de Cargo Efetivo</b>	4	16	9	44	21
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos					
1.2. Servidores de Carreira					
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
<b>2. Provedimento de Cargo em Comissão</b>			1		
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior			1		
2.3. Funções Gratificadas					
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>4</b>	<b>16</b>	<b>10</b>	<b>44</b>	<b>21</b>

Fonte: : SGP/SAD/SFA/RN

### 6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da UJ Segundo a Escolaridade

#### Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>		2		2	35	48	3		2
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos									
1.2. Servidores de Carreira		2		2	35	48			
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>						1			
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior									
2.3. Funções Gratificadas									
<b>3. Totais (1+2)</b>		2		2	35	49	3		2

**LEGENDA**  
**Nível de Escolaridade**  
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: : SGP/SAD/SFA/RN

### 6.1.3 Demonstração de Custos de Pessoal da UJ

O Quadro 4.6.6 apresenta a demonstração de custos de pessoal lotado na SFA/RN nos últimos três exercícios (página seguinte)

### Quadro A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>											
Exercícios	2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provisão em Comissão</b>											
Exercícios	2012	4.189.500,49		4.191.476,51	773.778,29	295.940,04	72.657,00	11.111,65	0	46.090,75	9.580.554,73
	2011	4.279.593,35		4.274.856,32	845.574,69	326.398,08	70.564,00	6.758,48	1.792,44	61.559,76	9.867.097,12
	2010	4.172.100,08	4.629,18	4.262.763,11	772.322,17	346.888,63	39.480,00	26.220,61	4.000,00	114.130,44	9.742.534,22
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2012	26.286,23		58,00	719,72	608,00	862,00	0	0	0	28.533,95
	2011	154.458,20		76.058,89	4.357,08	4.110,00	5.507,86	0	0	0	244.492,03
	2010	170.410,36		66.951,65	4.005,72	8.254,41	6.232,90	0	0	5.773,80	261.628,84
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
Exercícios	2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2010	0	0	0	0	0	0	0	3	0	
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											
Exercícios	2012	514.223,67	84.503,16	516.793,28	115.558,51	22.224,18	9.237,06	14.211,49	0	0	1.276.751,35
	2011	496.379,16	76.167,29	504.748,52	111.758,14	21.584,00	12.039,27	7.107,81	0	0	1.229.784,19
	2010	564.647,26	72.591,08	522.777,50	139.520,06	25.921,99	8.240,86	3.821,13	0	5.488,44	1.343.008,32
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>											
Exercícios	2012	768.308,25	68.556,53	368.361,61	68.695,80	56.000,36	17.165,99	580,14	0	0	1.347.668,68
	2011	623.199,43	57.230,85	341.510,81	84.205,00	45.856,71	12.805,82	464,31	2.959,62	0	1.168.232,55
	2010	821.411,45	70.319,24	456.873,63	98.687,32	60.148,21	14.511,11	7.254,18	0	0	1.529.205,14

Fonte: CGAP/SEPOA/SE/MAPA

Exercício	ANO	TOTAL	MÉDIA MÊS
	2012	12.233.508,71	1.019.459,06
	2011	12.509.605,89	1.042.467,16
	2010	12.876.376,52	1.073.031,38

## 6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

### 6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da UJ segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

#### Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	107	2
1.1 Voluntária	84	2
1.2 Compulsória		
1.3 Invalidez Permanente	23	
1.4 Outras		
<b>2. Proporcional</b>	82	
2.1 Voluntária	81	
2.2 Compulsória	1	
2.3 Invalidez Permanente		
2.4 Outras		
<b>3. Totais (1+2)</b>	189	2

Fonte: SGP/SAD/SFA-RN

### 6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela UJ

#### Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	396	12
1.1 Integral	161	1
1.2 Proporcional	235	10
<b>2. Em Atividade</b>	7	1
<b>3. Total (1+2)</b>	403	12

Fonte: SGP/SAD/SFA-RN

### 6.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos (*Não se aplica*)

### 6.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos (*Não se aplica*)

### 6.1.7 Informações sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação (*Não se aplica*)

#### 6.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por Intermédio do SISAC

Em relação ao registro de atos no TCU é importante informar que foi constatado na tomada de contas do relatório de gestão 2011 (201203383), que os atos da unidade pagadora devido a falha operacional não estavam sendo enviados pelo SISACNET.

Conforme estabelecido no plano de providências, todos os atos referentes aos exercícios de 2011 e 2012 foram devidamente enviados através do SISACNET.

#### Quadro A.6.9 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	-	-	-	-
Concessão de aposentadoria	2	7	9	-
Concessão de pensão civil	12	8	20	-
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	2	-	2	-
<b>Totais</b>	<b>16</b>	<b>15</b>	<b>31</b>	<b>-</b>

Fonte: SGP/SAD/SFA-RN

#### Quadro A.6.10 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Desligamento	-	-	-	-
Cancelamento de concessão	-	-	-	-
Cancelamento de desligamento	-	-	-	-
<b>Totais</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte: SGP/SAD/SFA-RN

#### Quadro A.6.11 – Regularidade do cadastro dos atos no SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Admissão	-	-	-	-
Concessão de aposentadoria	-	2	-	-
Concessão de pensão civil	1	6	3	2
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	2	-	-	-
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>8</b>	<b>3</b>	<b>2</b>
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Desligamento	-	-	-	-

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Cancelamento de concessão	-	-	-	-
Cancelamento de desligamento	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Fonte: SGP/SAD/SFA-RN				

### 6.1.7.2 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em Meio Físico

#### Quadro A.6.12 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Pensões graciosas ou indenizatórias	0	0	0	0
Outros atos fora do SISAC (especificar)	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Fonte: SGP/SAD/SFA-RN				

### 6.1.7.3 Informações de Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos

#### Quadro A.6.13 – Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro

Tipos de Atos	Quantidade de atos com diligência pelo OCI		Quantidade de atos com parecer negativo do OCI	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	0	0	0	0
Concessão de pensão civil	1	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Fonte: SGP/SAD/SFA-RN				

### 6.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos (*Não se aplica*)

## 6.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

6.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão (*Não se aplica*)

6.2.2 Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrente da Realização de Concurso Público (*Não se aplica*)

6.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para a Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados (*Não se aplica*)

6.2.4 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela UJ

### Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Rio Grande do Norte													
UG/Gestão: 130023				CNPJ: 00.396.895/0019-54									
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	3/2009	35.519.164/0001-04	19/08/2009	18/08/2013	10	10	1	1			P
2009	V	O	2/2009	08.692.312/0001-15	10/08/2009	09/08/2013	6	6					P
Observações: Escolaridade dos postos de vigilância definidos pelo art. 16, III da Lei 7.102, de 20 de junho de 1983													
<b>LEGENDA</b>													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: SCC/SAD/SFA-RN

## 6.2.5 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

**Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra**

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Rio Grande do Norte													
UG/Gestão: 130023							CNPJ: 00.396.895/0019-54						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	1	O	3/2009	35.519.164/0001-04	19/08/2009	18/08/2013	10	10	1	1			P
2009	3	O	2/2009	08.692.312/0001-15	10/08/2009	09/08/2013	6	6					P
2010	4	O	7/2010	11.610.561/0001-29	02/12/2010	01/12/2013	2	2					P
2010	5	O	7/2010	11.610.561/0001-29	02/12/2010	01/12/2013			5	5			P
2010	9	O	7/2010	11.610.561/0001-29	02/12/2010	01/12/2013			2	2			P

**Observações:**

**LEGENDA**

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.  
**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.  
**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.  
**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

**Área:**

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
12. Outras

Fonte: SCC/SAD/SFA-RN

## 6.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

**Quadro A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários**

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>34690,69</b>
1.1 Área Fim	3	2	2	2	12357,34
1.2 Área Meio	4	5	4	4	22333,35
<b>2. Nível Médio</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>13326,57</b>
2					9373,83
2.1 Área Fim	2	3	3	3	
2.2 Área Meio	1	1	1	1	3952,72
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>48017,26</b>

Fonte: SGP/SAD/SFA/RN

## 7. GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS

### 7.1 Informações sobre a gestão da frota de veículos próprios

Implantado desde o dia 1º de novembro último, Sistema de Controle de Veículos Automotores (SCVA) da SFA/RN, foi implantado no Setor de Transportes (STR/SAD) desta SFA/RN, com a colaboração do chefe do Setor de Transportes (STR) da SFA/PB, Jonas Francisco de Oliveira. Jonas ministrou treinamento para a equipe do Setor de Transportes (STR) desta SFA/RN, com a finalidade de implantar em definitivo o SCVA, em atenção à determinação do Secretário Executivo do MAPA, José Carlos Vaz, através da Portaria SE/MAPA nº 191, de 23/10/2012, publicada no Boletim de Pessoal, nº 30, de 30/10/2012.

A Portaria SE/MAPA nº 191, de 23/10/2012, também estabeleceu regras para a aquisição de veículos com a finalidade de renovação da frota, o que ocorrerá somente em 2014 quando será feito um levantamento, através do sistema, da quantidade e qualidade da frota de veículos no âmbito do MAPA.

Quadro de dados da Frota de Veículos em uso na SFA-RN

Grupo de Veículos	Qdad e.	Média anual de Quilômetro rodado	Idade Média da frota	Custo associado à manutenção da frota
IV/A - Veículos para transporte de servidores a serviço	8	2.261,37	6,12	7.659,27
IV/B-1 - Veículos de transporte de carga leve	18	5.848,69	5,22	34.602,69
TOTAL	26	4.744,88	5,50	42,261,27

Fonte: STR/SAG/SAD/SFA-RN

A legislação que regula a constituição e forma de utilização da frota de veículos oficiais, por parte desta SFA-RN é o Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008, publicado no DOU de 18 de março de 2008.

A frota de veículos, no âmbito da SFA-RN tem significado importância nas atividades de vigilância e fiscalização agropecuária, sendo utilizado para deslocamento de fiscais até outros bairros da capital, outros municípios do estado e até mesmo a outros estados quando se faz necessário. A área

meio também faz uso da frota nas atividades de entrega de documentos, coleta de preços, transportes de equipamentos e etc.

Atualmente o Setor de Transportes da SFA-RN conta com 26 veículos em uso e 6 motoristas sendo 4 motoristas oficiais do quadro da SFA e 2 motoristas terceirizados o que é insuficiente para atender a demanda de atividades externas da superintendência.

## 7.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

### 7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

**Quadro A.7.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União (Parte A, item 7, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012)**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>	<b>07</b>	<b>08</b>
	APODI	01	01
	LAGES	01	01
	NATAL	03	03
	<b>NOVA CRUZ</b>	-	01
	SANTA CRUZ	01	01
	SÃO JOSÉ DE MIPIMBU	01	01
	município "n"		
<b>Subtotal Brasil</b>		<b>07</b>	<b>08</b>
EXTERIOR	<b>PAÍS 1</b>	<b>00</b>	<b>00</b>
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade "n"	-	-
	<b>PAÍS "n"</b>	<b>00</b>	<b>00</b>
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade "n"	-	-
<b>Subtotal Exterior</b>		<b>00</b>	<b>00</b>
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>07</b>	<b>08</b>

Fonte: SPIUNET/SMP/SAD/SFA-RN

### 7.2.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros (*Não se aplica*)

### 7.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis sob a Responsabilidade da UJ

O Quadro A.7.3 discrimina os bens imóveis sob a responsabilidade da SFA/RN e a sua situação atual, conforme consta na página seguinte.

**Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ**

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
130023	1619.00015.500-9	16	6	Não registrado	15/12/2007	123.118,20		
130023	1733.00011.500-9	16	4	Não registrado	15/12/2007	63.712,50		
130023	1761.00444.500-9	21	3	Não registrado	15/12/2007	12.092,61		
130023	1761.00445.500-4	21	3	Não registrado	15/12/2007	1.974.693,20		
130023	1761.00447.500-5	21	3	Não registrado	15/12/2007	2.234.457,61		
130023	1823.00033.500-8	16	6	Não registrado	15/12/2007	191.493,70		
130023	1841.00006.500-9	16	3	Não registrado	15/12/2007	923.852,50		
<b>Total R\$5.523.420,32</b>							<b>Σ</b>	<b>Σ</b>
<b>Fonte: SPIUNET/SMP/SAD/SFA-RN</b>								

## 8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

### 8.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI) da SFA/RN

#### Quadro A.8.1 – Gestão Da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada (Parte A, item 8, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012)

Quesitos a serem avaliados	
<b>1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:</b>	
X	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
X	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
X	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
X	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
X	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
X	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
X	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para <b>auxiliá-la nas decisões</b> relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
X	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
<b>2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:</b>	
X	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
X	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
X	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
X	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
X	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
<b>3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:</b>	
	Auditoria de governança de TI.
X	Auditoria de sistemas de informação.
X	Auditoria de segurança da informação.
X	Auditoria de contratos de TI.
X	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
<b>4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:</b>	
X	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
X	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
X	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
X	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
<b>5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:</b>	
X	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
X	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.

<b>6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:</b>	
<input checked="" type="checkbox"/>	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
<input checked="" type="checkbox"/>	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
<input checked="" type="checkbox"/>	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
<input checked="" type="checkbox"/>	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
<b>7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre</b>	
( 4 )	são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
( 4 )	nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
( 4 )	são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
( 4 )	os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
( 2 )	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
( 4 )	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
<b>8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)</b>	
<input type="checkbox"/>	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
<input type="checkbox"/>	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
<input checked="" type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<b>9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?</b>	
<input type="checkbox"/>	Entre 1 e 40%.
<input checked="" type="checkbox"/>	Entre 41 e 60%.
<input type="checkbox"/>	Acima de 60%.
<input type="checkbox"/>	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
<b>Comentários</b>	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	
Por ser uma unidade descentralizada, não temos maiores informações a repassar sobre o PDTI. Tais informações estão a cargo da CGTI – Coordenação Geral de Tecnologia da Informação, do Ministério da Agricultura, em Brasília.	

## Análise crítica

O planejamento na área de Tecnologia da Informação - TI da SFA-RN ocorre conjuntamente com a Coordenação Geral da Tecnologia da Informação – CGTI, localizada na Sede do Ministério da Agricultura.

A SFA-RN possui atualmente uma rede lógica, com fio categoria 6 e uma rede sem fio corporativa que facilita a mobilidade de equipamentos dentro da SFA/RN.

Existe uma grande necessidade de aquisição de novas estações de trabalho para utilizar todo potencial dessa nova infraestrutura de rede (1gbps), uma vez que a maioria das máquinas ainda trabalha na velocidade inferior (10/100mbps).

Vários pontos elétricos também foram estabilizados. Alguns no-break's apresentaram problema e foram abertos chamados para o reparo.

Com relação à internet para as Unidades do VIGIAGRO, foram adotadas as seguintes medidas:

- Na UVAGRO Porto de Natal, como a distância é menor que 1km, foi passado um cabo de fibra ótica, garantindo o acesso da internet por esta Unidade, funcionando perfeitamente, necessitando de novas estações de trabalho.

- Na UVAGRO Aeroporto foram feitos 4 (quatro) pregões e os 4 (quatro) foram desertos. Tentou-se fazer o contrato por dispensa de licitação, mas não houve interesse por parte dos fornecedores em assinar contrato de valor tão ínfimo.

São realizadas pela área de TI diversas ações estratégicas, como por exemplo, manutenções preventivas em computadores e notebooks, gerenciamento do servidor de arquivos, impressão e controlador de domínio.

Com relação à participação dos serviços de TI, há um Posto de Suporte Técnico Avançado (contrato realizado pela Sede do Mapa com a empresa CTIS), contando com um funcionário terceirizado para auxiliar os servidores da SFA-RN nas diversas demandas.

Existe um equipamento de videoconferência que viabiliza reuniões e apresentações virtuais, promovidas pela administração central do MAPA, em Brasília. A SFA-RN conta também com 5 impressoras multifuncionais coloridas da marca Samsung (das quais duas se encontram nas UVAGROS) e 3 impressoras multifuncionais monocromáticas da marca HP, além de outras a jato de tinta.

## 9. GESTÃO DO USO DE RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

### 9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

#### Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
<p>1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</p> <p>⇒ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?</p> <p>⇒ <i>Esta Superintendência aplica rigorosamente o Guia de Licitações Sustentáveis da AGU – 2 ed. ao elaborar Termos de Referência, Atas de Registro de Preços, Contratos, Editais e seus anexos, assim como observa a legislação ambiental e as normas técnicas do INMETRO e ABNT. Em obediência à IN nº 10/2012 SLTI/MPOG, que estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746, foi publicada a portaria nº 93 de 14/12/12 instituindo e nomeando servidores para a Comissão Gestora dos Planos de Gestão de Logística Sustentável – PLS.</i></p>				X	
<p>2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.</p>				X	
<p>3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).</p>				X	
<p>4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</p> <p>⇒ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?</p> <p>⇒ <i>Em editais específicos foram solicitadas certificações ambientais, como, por exemplo, na Licitação para aquisição de combustíveis.</i></p>				X	

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ⇒ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? ⇒ <i>Foram adquiridos aparelhos de ar condicionados tipo split com baixo consumo de energia elétrica para substituir antigos aparelhos tipo janela, bem como lâmpadas de menor consumo. Ao fazermos um comparativo entre o consumo de Energia elétrica entre o mês de Janeiro de 2012 e Janeiro de 2013, percebemos que houve uma redução da ordem de 2,53% no consumo mensal em kWh.</i>				x	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ⇒ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? ⇒ <i>Ata de Registro de Preços foi formalizada e aquisição de Papel reciclado foi efetivamente feita.</i>				x	
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ⇒ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? ⇒ <i>A SFA/RN não adquiriu qualquer veículo no exercício de 2012.</i>					x
	Sim ( )		Não (x)		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ⇒ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?		x			
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.					x
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				x	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		x			
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ⇒ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? ⇒ <i>Comunicação oficial através do Memorando Circular nº 008/2012/SAD/SFA-RN de 09/04/2012 reduzindo o uso dos aparelhos de ar condicionados nas dependências da SFA/RN</i>		x			
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. ⇒ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?		x			
<b>Considerações Gerais:</b> <i>Projetos referentes à diminuição de consumo de água e energia, bem como à defesa do meio ambiente foram elaborados e sua implantação está prevista para o primeiro semestre de 2013 através das ações do PROVRH. A Comissão Gestora dos Planos de Gestão de Logística Sustentável – PLS está elaborando projeto para cumprimento das metas de redução do gasto dos referidos recursos.</i> <i>Durante a confecção de todos os editais, é feita uma consulta ao Guia de Licitações Sustentáveis da AGU 2. ed, bem como as normas NBR/ABNT/INMETRO, para uma melhor adequação aos critérios de</i>					

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
<i>sustentabilidade e economicidade.</i>					
<b>Fonte: Setor de Compras e Contratos - SCC/SAD/SFA-RN</b>					
<b>LEGENDA</b>					
<b>Níveis de Avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					
<b>Fonte: SCC/SAD/SFA-RN</b>					

## 9.2 Consumo próprio de papel, energia elétrica e água

### Quadro A.9.2 – Consumo de papel, energia elétrica e água

Valores em R\$  
1,00

Adesão a programas de sustentabilidade						
Nome do programa	Ano de adesão			Resultados		
<i>Nada a declarar</i>				<i>Nada a declarar</i>		
Recurso consumido	Quantidade			Valor (R\$)		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel (resma)	-	250	1.000	-	2.380,00	8.942,00
Água (m³)	1.512	1.485	1.498	33.944,00	47.996,00	48.908,00
Energia elétrica (kwv)	233.027	220.482	222.904	135.748,00	125.695,00	142.855,00
			<b>Total</b>	<b>169.692,00</b>	<b>176.571,00</b>	<b>200.705,00</b>

Fonte: SEOF/SAD/SFA-RN

## 10. CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

### 10.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício

#### 10.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício (*Não se aplica*)

#### 10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício (*Não se aplica*)

### 10.1.3 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

#### QUADRO A.10.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa:			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE			00014
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Relatório 201203383		NOTA TÉCNICA Nº 24.876 Ofício nº 6287/2013/CGU-R/RN/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE			00014
Descrição da Recomendação			
<b>RECOMENDAÇÃO</b> Nº OS: 201203383 - Nº Constatação: 019 - Nº Recomendação: 001 Recomendamos ao Superintendente rever o fluxo interno das competências de cada departamento, fazendo com que haja uma melhor interação entre eles no intuito de não comprometer a execução física das ações sob responsabilidade da UJ ao longo do exercício.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gabinete do Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no RN			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Foram alocados na Divisão de Produção, Política e Desenvolvimento Agropecuário (DPDAG) mais 2 (dois) servidores, sendo 1 (um) Fiscal Federal Agropecuário (engenheiro Agrônomo) e 1 (uma) Agente Administrativa. Encaminhada à CGU/RN cópias das Portarias de lotação no DPDAG/SFA/RN do servidor José Majuli Bezerra (Fiscal Federal Agropecuário) e da empregada Maria de Fátima Braga Nubile (Assistente Administrativa cedida com ônus pela Conab/MAPA).			
Descrição da Recomendação			
<b>RECOMENDAÇÃO</b> Nº OS: 201203383 - Nº Constatação: 033 - Nº Recomendação: 001 Designar servidor responsável pela atualização de informações no SPIUNet.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Setor de Material e Patrimônio			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Nota Técnica Simplificada nº 22871, de 20/11/2012 Designado o Chefe do Setor de Material e Patrimônio (SMP/SAD), Pedro Américo de Oliveira Neto como Responsável pela atualização das informações no SPIUNet. Está sendo providenciada a edição da respectiva Portaria pelo senhor Superintendente. Encaminha cópia de Portaria de lotação do servidor Pedro Américo de Oliveira como Chefe do Setor de Material e Patrimônio (SMP) desta SFA/RN.			
Descrição da Recomendação			
<b>RECOMENDAÇÃO</b> Nº OS: 201203383 - Nº Constatação: 003 - Nº Recomendação: 001 Oriente seus servidores portadores de cartão corporativo sobre a legislação aplicada à matéria.			

Unidade Jurisdicionada	
<b>Denominação Completa:</b>	<b>Código SIORG</b>
<b>SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE</b>	<b>00014</b>
<b>Recomendações do OCI</b>	
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Seção de Execução Orçamentária e Financeira	
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	
<p><b>Nota Técnica Simplificada nº 22871, de 20/11/2012</b> O assunto foi tratado na reunião semanal do Comitê de Gestão Estratégica, na reunião realizada no dia 09/07/2012. Ficou deliberado que as Chefias orientem seus servidores quanto à legislação aplicada ao Cartão Corporativo do Governo Federal, constante na cartilha que se encontra no site oficial da CGU/PR. Encaminha cópia anexa do Memo Circular nº 010/2012/SAD/SFA/RN/MAPA, que foi acompanhado de um CD contendo o Manual de Suprimento de Fundos e Cartão Corporativo, elaborado pela CGU/PR, informando aos Chefes de Divisões, Serviços e Seções sobre o uso correto do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CGPF), solicitando que repassem as informações aos seus servidores subordinados.</p>	
<b>Descrição da Recomendação</b>	
<p><b>RECOMENDAÇÃO</b> Nº OS: 201203383 - Nº Constatação: 003 - Nº Recomendação: 002 Agilizar o atendimento das demandas da consultoria jurídica no processo licitatório com vistas a ultimar as aquisições de material de expediente e informática no âmbito da SFA/RN.</p>	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Setor de Compras e Contratos	
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	
<p><b>Nota Técnica Simplificada nº 22871, de 20/11/2012</b> Na reunião acima referida, foi orientado que a SAD aplicasse melhoria nos processos de gestão administrativa sob a responsabilidade da Seção de Compras e Contratos (SCC/SAG), quanto á agilidade no trâmite junto à CJU/AGU/RN). Foi encaminhada cópia anexa do Acordo de Cooperação nº 08/2012, de 09/11/2012, firmado entre a CJU/RN e a SFA/RN, para implementação, consolidação e execução do Projeto Contratação Eficiente, que tem como finalidade contribuir para melhoria da agilidade no trâmite junto à CJU/RN.</p>	

Fonte: Gabinete do Superintendente/SFA-RN

#### 10.1.4 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

#### QUADRO A.10.4 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE</b>			<b>00014</b>
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Relatório 201203383		NOTA TÉCNICA Nº 24.876
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E</b>			<b>00014</b>

Unidade Jurisdicionada	
<b>Denominação Completa</b>	<b>Código SIORG</b>
<b>SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE</b>	<b>00014</b>
Recomendações do OCI	
Recomendações Expedidas pelo OCI	
ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	
Descrição da Recomendação	
<p><b>RECOMENDAÇÃO</b> Nº OS: 201203383 - Nº Constatação: 015 - Nº Recomendação: 001 Recomenda-se à SFA/RN que efetue sistematicamente o registro e a disponibilização ao Controle Interno dos atos de admissão e de concessão de aposentadoria e pensão, por meio do sistema SisacNet, no prazo máximo de 60 dias, consoante disposto no art. 7º da IN/TCU 55/2007.</p>	
Providências Adotadas	
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Seção de Gestão de Pessoas	
Justificativa para o seu não Cumprimento	
<p><b>Nota Técnica Simplificada nº 22871, de 20/11/2012</b></p> <p>Foram atendidas todas as pendências de 2011, indicadas pela auditoria da CGU/RN. As pendências referentes ao exercício do corrente ano (2012) foram todas atualizadas. Faltam ainda as pendências relacionadas ao período de 2004 a 2010, que estão sendo trabalhadas pela equipe da SGP/SAD para posterior envio ao SISACNet. O gestor solicitou e a CGU/RN concedeu o prazo de 31/12/2012 para atualizar as pendências de 2004 a 2010.</p>	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Descrição da Recomendação	
<p><b>RECOMENDAÇÃO</b> Nº OS: 201203383 - Nº Constatação: 009 - Nº Recomendação: 001 Estabeleça rotinas de elaboração e revisão do Relatório de Gestão de modo que o levantamento e inserção de dados no relatório reflitam a realidade da UJ, especialmente em relação aos itens de Desempenho Orçamentário e Financeiro e Situação de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.</p>	
Providências Adotadas	
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Seção de Planejamento e Acompanhamento	
Justificativa para o seu não Cumprimento	
<p><b>Nota Técnica Simplificada nº 22871, de 20/11/2012</b></p> <p>Será elaborado e definido, com apoio da CGU/RN, um Plano de Ação voltado para todas as etapas necessárias à confecção do Relatório de Gestão Anual. No referido plano serão incluídos os responsáveis e o cronograma das atividades relacionadas à coleta, harmonização, redação e revisão do documento, com especial atenção aos aspectos de levantamento e inserção dos dados orçamentários e financeiros. O gestor da SFA/RN solicitou e a CGU/RN concedeu a prorrogação do prazo para 31/03/2013 para implementação da recomendação, compatível com o prazo de envio do relatório da gestão de 2012 ao TCU. Foi acertado que a SFA/RN vai programar reunião com equipe CGU/RN, com a finalidade de elaborar e definir um Plano de Ação voltado para todas as etapas necessárias à confecção do Relatório Anual 2013. No referido plano serão incluídos os responsáveis e o cronograma das atividades relacionadas à coleta, harmonização, redação e revisão final do documento, com especial atenção aos aspectos de levantamento e inserção dos dados orçamentários e financeiros.</p>	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Descrição da Recomendação	
<p><b>RECOMENDAÇÃO</b> Nº OS: 201203383 - Nº Constatação: 033 - Nº Recomendação: 002 Proceder à avaliação periódica dos imóveis para fins cadastrais e contábeis, conforme Orientação Normativa GEADE-004/2003; e segundo o manual do SIAFI (Macrofunção "020330").</p>	
Providências Adotadas	
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>

Unidade Jurisdicionada	
<b>Denominação Completa</b>	<b>Código SIORG</b>
<b>SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE</b>	<b>00014</b>
Recomendações do OCI	
Recomendações Expedidas pelo OCI	
Seção de Material e Patrimônio	
Justificativa para o seu não Cumprimento	
<p><b>Nota Técnica Simplificada nº 22871, de 20/11/2012</b> Encaminhado Ofício (cópia anexa) à Superintendente do Patrimônio da União no RN, Yeda Cunha de Medeiros Pereira, solicitando apoio e cooperação para realizar o levantamento de todos os imóveis pertencentes à SFA/RN/MAPA. Até a presente data não houve nenhum retorno da SPU/RN. Foi solicitada uma reunião entre os gestores da SFA/RN e da SPU/RN para acertar detalhes com vistas ao levantamento dos imóveis. Encaminhada cópia do Memo nº 038/2012/SAD/SFA/RN, da Chefe Substituta do SAD/SFA/RN, informando as providências já tomadas e do Ofício nº 2988/201-SPU/RN, em resposta ao Ofício nº 0546/2012 desta SFA/RN. O gestor da SFA/RN solicitou e a CGU/RN concedeu a prorrogação do prazo para atendimento à recomendação, estabelecido para 31/03/2013.</p>	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Descrição da Recomendação	
<p><b>RECOMENDAÇÃO</b> Nº OS: 201203383 - Nº Constatação: 016 - Nº Recomendação: 001 Recomenda-se à Unidade a adoção de medidas destinadas a controlar a entrega tempestiva das declarações de bens e rendas dos servidores obrigados pela Lei 8.730/93.</p>	
Providências Adotadas	
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Seção de Gestão de Pessoas	
Justificativa para o seu não Cumprimento	
<p><b>Nota Técnica Simplificada nº 22871, de 20/11/2012</b> O assunto foi tratado na reunião do Comitê de Gestão Estratégica da SFA/RN, em sua reunião semanal de 09/07/2012. Ficou decidido e a SGP/SAD emitiu comunicado (Memo Circular) às Chefias (Cargos Comissionados e Funções Gratificadas), cobrando aquelas ainda pendentes. Posteriormente, todas as Chefias em falta, entregaram suas declarações de bens e rendas, conforme demonstrativo encaminhado à CGU/RN. Encaminhada cópia da relação dos servidores que ocupam funções gratificadas e cargos em comissão e que entregaram suas declarações de Bens e Rendas relativas ao exercício de 2011. Encontra-se em andamento a criação de um software/planilha eletrônica para utilização em 2013, em atenção à recomendação da CGU/RN. Foi solicitado e concedido o prazo de prorrogação para o atendimento da recomendação para 31/05/2013.</p>	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Descrição da Recomendação	
<p><b>RECOMENDAÇÃO</b> Nº OS: 201203383 - Nº Constatação: 045 - Nº Recomendação: 001 Recomendamos que o gestor, em caso de reconhecimento de dívidas, indique no empenho a modalidade de licitação que deu origem à contratação..</p>	
Providências Adotadas	
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Sector de Compras e Contratos	
Justificativa para o seu não Cumprimento	
<p><b>Nota Técnica Simplificada nº 22871, de 20/11/2012</b> Estão sendo feitos os ajustes nos processos em andamento, para que sejam empenhados na modalidade correta, conforme recomendação da auditoria da CGU/RN. Foi solicitado e concedido o prazo de prorrogação para o atendimento da recomendação para 31/05/2013</p>	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

FONTE: Fonte: Gabinete do Superintendente/SFA-RN

**10.2 Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento (Não se aplica).**

### **10.3 DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93**

#### **10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei Nº 8.730/93**

**Quadro A.10.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR**

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
<b>Autoridades</b> (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	<b>0</b>
	Entregaram a DBR	0	0	<b>0</b>
	Não cumpriram a obrigação	0	0	<b>0</b>
<b>Cargos Eletivos</b>	Obrigados a entregar a DBR	0	0	<b>72</b>
	Entregaram a DBR	0	0	<b>66</b>
	Não cumpriram a obrigação	0	0	<b>6</b>
<b>Funções Comissionadas</b> (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	3	1	18
	Entregaram a DBR	3	1	18
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

**Fonte: SGP/SAD/SFA-RN**

#### **Análise crítica**

Após a tomada de contas realizada pela Controladoria Geral da União, referente ao exercício de 2011 (relatório 201203383), essa unidade pagadora adotou medidas no sentido de intensificar o controle da entrega das declarações de bens e rendas: Como envio de comunicação aos setores e planilha eletrônica para controle das respectivas entregas. Tanto que, em relação aos ocupantes de função de confiança, o índice de entrega foi de 100% e entre os demais servidores acima de 80%. Ressalto ainda que serão adotadas medidas por esta unidade pagadora visando regularizar a situação dos demais servidores. É importante salientar que a maioria dos servidores optou pela autorização de acesso.

### **10.4 DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV**

#### **10.4.1 Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV (Anexos III e IV)**

## **11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

### **11.2 Declaração do Contador atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis (Anexos I e II)**

# PARTE B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

## ANEXO I



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
Secretaria-Executiva  
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração  
Coordenação-Geral de Administração de Pessoas

### DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que os servidores abaixo relacionados, arrolados nas contas referentes ao exercício de 2012, da Coordenação de Contabilidade, estão em dia com a entrega das cópias das declarações de bens e rendas, em observância ao disposto na Lei nº 8.750, de 10 de novembro de 1983, e em conformidade com o Item 11 parte A, do anexo II à Decisão Normativa TCU Nº 118, de 18 de janeiro de 2012.

Alberto Jerônimo Pereira  
José Calazans dos Santos

Brasília, 05 de fevereiro de 2013

JOSE LUIS DA SILVA  
Coordenador-Geral de Administração de Pessoas

Ministério da Agricultura, Pecuária e  
Abastecimento - MAPA

*Alberto Jerônimo Pereira*  
Confere com o Original  
Data: 11/03/13

Alberto Jerônimo Pereira  
Chefe de Contabilidade  
TRC-00663/12-8 GO  
BRASIL/DF-CARF/MPA

## ANEXO II

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
<b>Denominação completa (UJ):</b>		<b>Código da UG:</b>	
SUPERINT. FED. DE AGRIC. , PEC. E ABASTECIMENTO /RN		130023	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) 951 FALTA/ RESTRIÇÃO CONFORM. REGISTROS GESTÃO</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	Brasília, DF	<b>Data</b>	31 de dezembro de 2012
<b>Contador Responsável</b>	Alberto Jeronimo Pereira	<b>CRC nº</b>	006624/T-8 GO

# ANEXO III



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO RIO GRANDE DO NORTE

## DECLARAÇÃO

Eu, Francisco Libânio da Cunha Neto, CPF nº 422.779.064-68, Chefe do Serviço de Apoio Administrativo - SAD, exercido na Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Rio Grande do Norte, declaro junto aos órgão de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade, estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG, conforme estabelecido o art. 19, da Lei 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Natal, 21 de março de 2013

**FRANCISCO LIBÂNIO DA CUNHA NETO**  
CPF Nº 422.779.064-68  
CHEFE DO SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO  
SFA/RN/MAPA

## ANEXO IV

### DECLARAÇÃO

Eu, Jonas Francisco de Sena, CPF nº 085.564.904-68, Fiscal Federal Agropecuário, exercido na Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Rio Grande do Norte declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizada, no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Natal, 15 de março de 2013.

  
Jonas Francisco de Sena

CPF – 085.564.904-68

Fiscal Federal Agropecuário/SFA-RN

# ANEXO V

## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Mapa Estratégico

### Missão

**Promover o Desenvolvimento Sustentável e a Competitividade do Agronegócio em Benefício da Sociedade Brasileira**

### Visão

**Ser Reconhecido pela Qualidade e Agilidade na Implementação de Políticas e na Prestação de Serviços para o Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio**

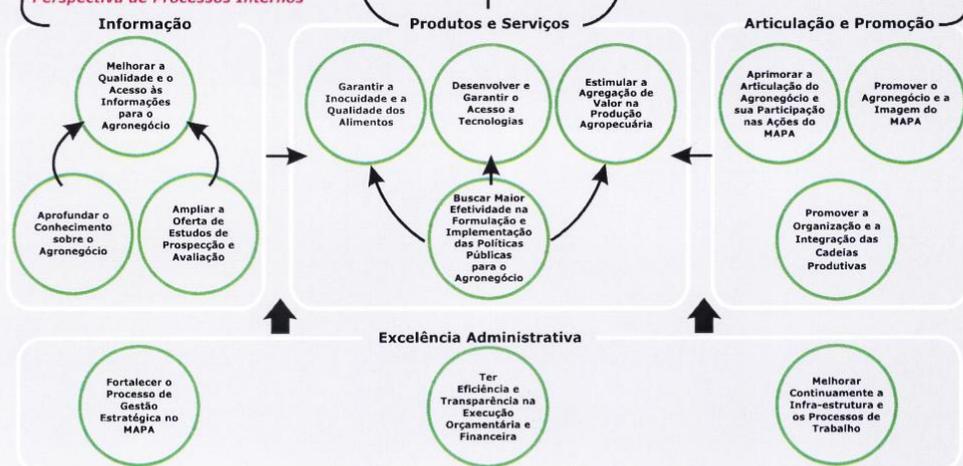
#### Perspectiva da Sociedade



#### Perspectiva do Agronegócio e Parceiros



#### Perspectiva de Processos Internos



#### Perspectiva de Pessoas, Aprendizado e Crescimento

